



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 899/2021 – CSC

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM, doravante designada AFEAM, por meio do CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC, previsto na Lei Delegada estadual nº 122, de 15 de outubro de 2019, torna público a abertura de licitação na modalidade pregão, a ser realizada por meio de sistema eletrônico, com utilização de recursos de tecnologia da informação denominado **pregão eletrônico**, do tipo **menor preço global**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto estadual nº 21.178, de 27 de setembro de 2000, no que não conflitar, com o Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005, Decreto estadual nº 25.374, de 14 de outubro de 2005 e Decreto estadual nº 28.182, de 18 de dezembro de 2008, Decreto estadual nº 39.032, de 24 de maio de 2018, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM, de 31 de janeiro de 2019, e nos termos deste edital e seus anexos. O contrato será regido pela Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

### 1. DO OBJETO

1.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto a **CONTRATAÇÃO, PELO MENOR PREÇO GLOBAL, DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NOVOS - NOTEBOOKS E DESKTOPS, DEVIDAMENTE INSTALADOS, INCLUINDO O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA OU TROCA DE EQUIPAMENTOS DEFEITUOSOS, DE FORMA A ATENDER A DEMANDA DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – AFEAM**, de acordo com as condições constantes neste edital e seus anexos.

### 2. LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

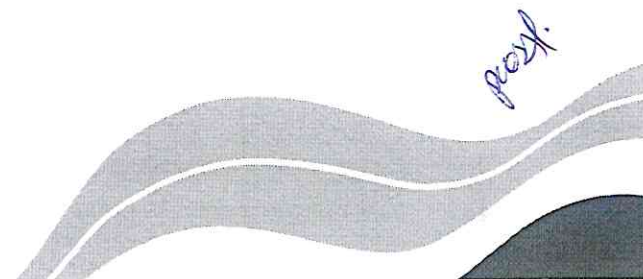
2.1.. Endereço eletrônico: a inserção das propostas deverá ser feita no Portal de Compras do Governo do Estado – e-Compras.AM, até a data limite estipulada neste edital, no endereço eletrônico <https://www.e-compras.am.gov.br>.

2.2. Limite para recebimento das propostas: dia **20/08/2021 às 9h15**.

2.3. Início da sessão: dia **20/08/2021 às 9h30**.

2.4. Término diário da sessão de disputa de preços: cada sessão se estenderá até **17h30**, salvo se a disputa em andamento não tiver sido encerrada.

PE 899/2021







**2.5.** Tempo de disputa: A fase de lances será de, pelo menos, **5 (cinco) minutos**, mais o tempo aleatório do sistema.

**2.6.** Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Serão admitidos a participar desta licitação, por meio do sistema *e-Compras.AM* (<http://www.e-compras.am.gov.br>), os licitantes ou seus representantes legais que estejam pré-cadastrados ou cadastrados no Cadastro Central de Fornecedores do Estado do Amazonas – CCF/AM.

**3.2.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

**3.2.1.** Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, servidor ou empregado público vinculado ao **ÓRGÃO SOLICITANTE** ou ao **CSC**.

**3.2.2.** Licitante que possua, em sua diretoria, integrante participando em mais de uma proposta.

**3.2.3.** Empresa estrangeira que não funcione no País, nem interessado que se encontre sob falência (conforme Lei federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aquela que tenha sido declarada inidônea ou esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública.

**3.2.4.** O autor do projeto básico ou termo de referência, pessoa física ou jurídica.

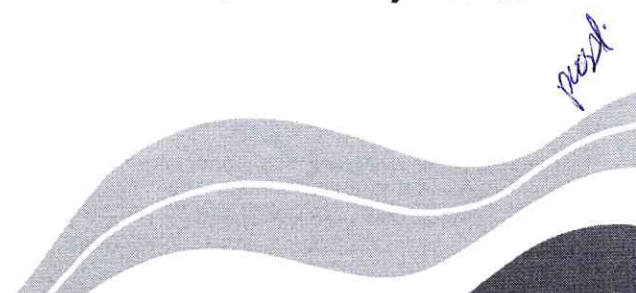
**3.2.5.** Empresas inadimplentes com obrigações assumidas junto à AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM.

**3.2.6.** Empresas que ostentem quaisquer registros impeditivos constantes no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>).

### **4. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

**4.1.** O procedimento licitatório será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela rede mundial de computadores – internet e obedecerá, integralmente, as disposições da **Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de**

PE 899/2021







2016, Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto estadual nº 21.178, de 27 de setembro de 2000, no que não conflitar, com o Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005, Decreto estadual nº 25.374, de 14 de outubro de 2005 e Decreto estadual nº 28.182, de 18 de dezembro de 2008, Decreto estadual nº 39.032, de 24 de maio de 2018, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM, de 31 de janeiro de 2019.

## 5. DO CREDENCIAMENTO

**5.1.** O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e prática de todos os atos neste pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e senha de uso exclusivo e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no endereço eletrônico <https://www.e-compras.am.gov.br>.

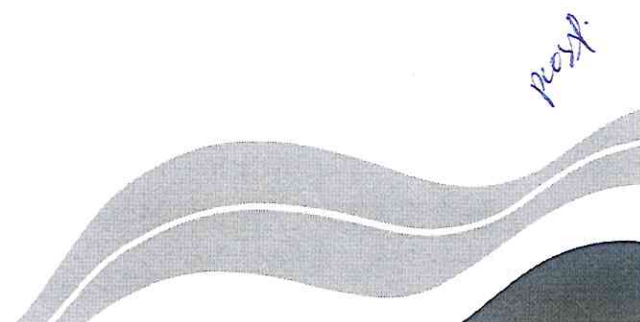
**5.2.** Os licitantes já cadastrados no Cadastro Central de Fornecedores-CCF/AM utilizarão a chave e senha de acesso obtidas ao final do processo de cadastramento.

**5.2.1.** Os licitantes que se enquadrem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte e que queiram usufruir do benefício legal a esse tipo de empresa concedido, deverão providenciar a sua regularização junto ao Cadastro Central de Fornecedores – CCF/AM, até 2 (dois) dias úteis antes da realização do certame, por meio do **endereço eletrônico** [csc@csc.am.gov.br](mailto:csc@csc.am.gov.br), ou [cadastro@csc.am.gov.br](mailto:cadastro@csc.am.gov.br), fazendo a juntada da **Declaração Atualizada** de que, sob as penas da lei, cumpre todos os requisitos da Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, inclusive quanto à qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, combinado com os termos do Decreto estadual nº 28.182, de 18 de dezembro de 2008, estando apta a usufruir o tratamento diferenciado, e, que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar retromencionada. (Anexo II – Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte).

**5.3.** Para os licitantes não cadastrados, a chave e senha de acesso serão obtidas mediante pré-cadastramento no sítio e-Compras.AM, no endereço eletrônico <https://www.e-compras.am.gov.br>, por meio da opção PRÉ-CADASTRE-SE, devendo declarar no campo “Razão do Pedido” que deseja obter chave e senha de acesso, sob pena de não ser atribuída a chave e senha de acesso antes do final do processo de cadastramento.

**5.3.1.** Depois de efetuado o pré-cadastramento, o licitante deve encaminhar, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização do certame, por meio do **endereço eletrônico** [csc@csc.am.gov.br](mailto:csc@csc.am.gov.br), ou [cadastro@csc.am.gov.br](mailto:cadastro@csc.am.gov.br), os seguintes documentos para o credenciamento:

PE 899/2021







a) Requerimento para obtenção de chave e senha de acesso subscrito por sócio ou procurador. No caso de requerimento firmado por procurador é obrigatória a apresentação do instrumento de mandato (procuração) no qual conste poder expresso para, em nome do outorgante, solicitar senha e chave de acesso.

b) Carteira de identidade do solicitante do requerimento.

c) CNPJ.

d) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista previstas nos itens **7.1.2.2, 7.1.2.3, 7.1.2.4, 7.1.2.8** e certidão negativa de existência de falência e recuperação judicial, prevista no item **7.1.3.2**.

e) Comprovante de conta bancária.

f) Comprovante de endereço da pessoa jurídica que participará da licitação.

g) e-mail para o qual serão enviadas a chave e senha de acesso.

**5.3.2.** Após a aprovação do pré-cadastro pelo CSC, o próprio sistema e-Compras.AM (<http://www.e-compras.am.gov.br>) gerará chave de identificação e senha, as quais serão enviadas por meio do e-mail informado pelo interessado, **com validade de 15 (quinze) dias, improrrogáveis.**

**5.4.** Informações complementares sobre credenciamento poderão ser obtidas no Centro de Serviços Compartilhados, pelo telefone: (92) 3214-5638.

**5.5.** Qualquer dúvida operacional quanto ao cadastro ou envio de certidões no Sistema e-Compras.AM, os Licitantes deverão entrar em contato com a equipe do suporte técnico, através dos telefones 2129-2550 e pelo endereço de e-mail [gcel@csc.am.gov.br](mailto:gcel@csc.am.gov.br), de segunda a sexta de 08h as 17h (horário local).

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**6.1.** As propostas comerciais deverão ser cadastradas no sistema e-Compras.AM, por meio do sítio: <https://www.e-compras.am.gov.br>, obedecendo a data e horários estabelecidos no item 2.

**6.1.1.** O licitante deve observar ao preencher a proposta de preços que o campo "Valor Unit" corresponde ao ~~serviço de locação de equipamentos de informática novos~~ e o campo "Valor Total" resulta da multiplicação do "Valor Unit" pela quantidade ~~mensal~~ conforme cadastrado no sistema e-compras.

PE 899/2021

→ valor de locação de 1 (um) equip.

post.







**6.2.** O prazo mínimo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, exceto para o licitante que propôs prazo de validade superior ao previsto no edital.

**6.2.1.** Quando na proposta de preços não constar o prazo de validade, entende-se que está aceito o constante no edital.

**6.3.** O prazo para execução dos serviços será de **36 (trinta e seis) meses** e o local de execução será conforme o Termo de Referência.

**6.4.** Nos preços incluem-se, além do lucro, todos os custos e despesas com tributos incidentes, materiais, serviços, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do edital e seus anexos.

**6.5.** A proposta será apresentada com cotação de preços em moeda nacional vigente (Real), expressos em algarismos, com 2 (duas) casas decimais depois da vírgula, válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta.

**6.6.** A proposta será firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado.

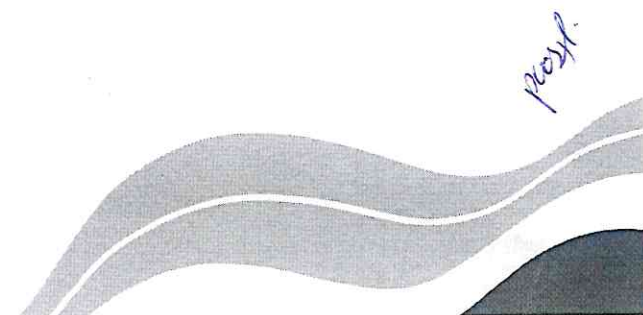
**6.7.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

**6.8.** Após o preenchimento da proposta de preço no sistema e-Compras.AM (<http://www.e-compras.am.gov.br>), o licitante aceitará os requisitos mínimos para participação no(s) item(ns) informado(s) de acordo com o previsto no edital, para efetivamente finalizar sua proposta e participar do presente certame licitatório.

**6.8.1.** Marca e modelo (se houver) serão informados obrigatoriamente na proposta de preços encaminhada conforme **item 6.9**, sob pena de desclassificação.

**6.9.** A proposta de preços, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances, deverá ser reformulada e apresentada no prazo de até **3 (três) horas**, ao Centro de Serviços Compartilhados juntamente com a Declaração Atualizada da Qualificação de microempresa ou empresa de pequeno porte (quando for o caso) e a documentação na forma prevista no item **10.3**.

PE 899/2021







**6.9.1.** A proposta de preços apresentada na forma do item anterior deverá conter preço **unitário e total**, bem como conter os preços em algarismos e por extenso, o prazo e o local de execução. Havendo divergência entre o valor em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

**6.9.1.1.** Em caso de divergência entre os valores unitários e valores totais serão considerados os primeiros, estando autorizado o pregoeiro a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor total, cujo resultado não poderá ser diferente (a maior) do preço já registrado no sistema e-Compras.AM (<http://www.e-compras.am.gov.br>), sob pena de desclassificação.

**6.9.2.** Juntamente com as propostas deverão ser encaminhados ao CSC toda e qualquer documentação atinente à aceitabilidade da proposta e as documentações porventura exigidas, sob pena de desclassificação.

**6.9.2.1.** Declaração de que prestará garantia contratual nos termos dos incisos I, II e III do artigo 8º, do Decreto estadual nº 40.634, de 7 de maio de 2019, nos moldes do **Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL**.

## **7. HABILITAÇÃO**

**7.1.** Para habilitar-se na presente licitação as empresas pré-cadastradas devem apresentar os documentos previstos nos itens **7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4 e 7.1.5** (com exceção do documento previsto no **item 7.1.5.2**). Já as cadastradas devem apresentar os documentos previstos nos itens **7.1.2.8, 7.1.3 (inclusive com a comprovação da escrituração no Sistema Público de Escrituração Digital-SPED), 7.1.4 e 7.1.5**.

### **7.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

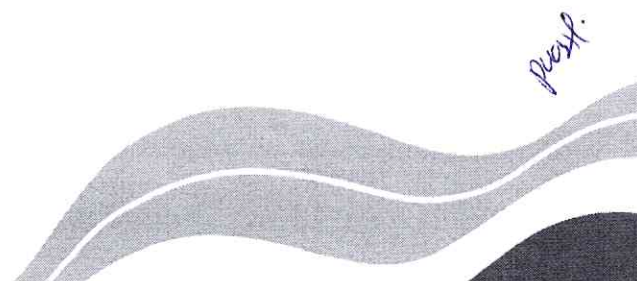
**7.1.1.1.** Registro comercial em se tratando de empresário.

**7.1.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, para as sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores.

**7.1.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as sociedades simples e demais entidades.

**7.1.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

PE 899/2021





**7.1.1.5.** Os documentos indicados nos **itens 7.1.1.1. a 7.1.1.3.** deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **7.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**7.1.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e Inscrição Municipal.

**7.1.2.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e o INSS, por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11, da Lei federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, admitindo-se que seja emitida via internet, em validade.

**7.1.2.3.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitindo-se a apresentação de certidão emitida via internet, em validade.

**7.1.2.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, admitindo-se a apresentação de certidão emitida via internet, em validade.

**7.1.2.5.** A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on-line* ao cadastro emissor respectivo.

**7.1.2.6.** Ao licitante que apresentar as certidões com validade vencida na data de início da sessão, prevista no **item 2.3**, poderão ser aplicadas penalidades previstas no artigo 11, do Decreto nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005, não se aplicando ao benefício legal previsto às microempresas e empresas de pequeno porte.

**7.1.2.7.** Caso a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da(s) microempresa(s) e/ou empresa(s) de pequeno porte apresente alguma restrição, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a sua regularidade, contado o mesmo a partir do momento posterior à fase de habilitação.

**7.1.2.7.1.** Salvo justificativa em contrário, desde que relativa à urgência na contratação ou ao tempo insuficiente para o empenho, o prazo do **item 7.1.2.7, desta Seção**, deverá ser prorrogado por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou

PE 899/2021







parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.1.2.7.2.** A prorrogação do prazo previsto no **item 7.1.2.7, desta Seção**, só poderá ser concedida se requerida antes do término do prazo de 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos pelo CSC.

**7.1.2.7.2.1.** O requerimento deve ser enviado pelo licitante **via sistema e-Compras** (<http://www.e-compras.am.gov.br>) e deve obedecer rigorosamente os critérios estipulados no **“MANUAL DO SISTEMA E-COMPRAS PARA ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO”**, constantes no **Anexo IV** do edital.

**7.1.2.7.3.** A não-regularização da documentação implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 83, da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

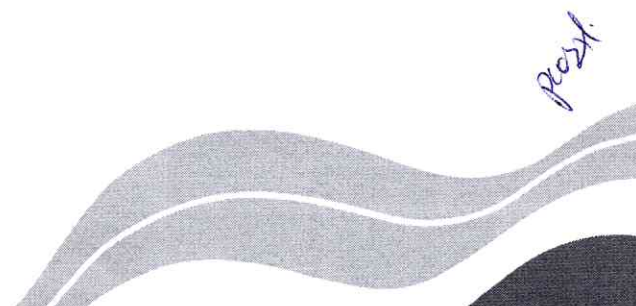
**7.1.2.7.4.** Para que seja concedido o prazo previsto no **item 7.1.2.7, desta Seção**, é necessária a apresentação de toda a documentação exigida no edital, inclusive as certidões com restrição.

**7.1.2.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (Lei federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

**7.1.3. A Qualificação Econômica Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**7.1.3.1.** Cópia do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis da licitante, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação vigente (assinados pelos contabilistas e pelo titular ou representante legal da entidade), vedada sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação dessa documentação e proposta de preços exigidos neste Edital. No caso ainda, de empresa constituída como Sociedade Anônima, deverá, obrigatoriamente, comprovar que o Balanço Patrimonial está arquivado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, **conforme artigo 289, § 5º, da Lei federal nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976.**

PE 899/2021







**7.1.3.1.1.** A comprovação da boa situação de liquidez será feita por meio da demonstração, com base no balanço e por meio de memória de cálculo assinada por profissional habilitado em contabilidade, de que atende ao seguinte índice financeiro:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} = \text{OU} > 1$$

**7.1.3.1.1.1.** No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, a exigência do **item 7.1.3.1.** será atendida mediante apresentação do Balanço de Abertura; A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção do índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior a 1 (um), calculado e demonstrado pela licitante, por meio da seguinte fórmula:

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} = \text{OU} > 1$$

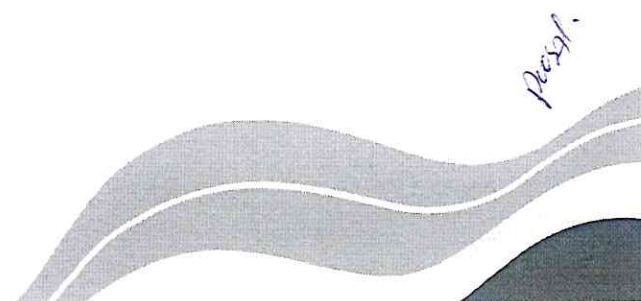
**7.1.3.1.2.** A demonstração referida no **item 7.1.3.1.1 desta Seção**, deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

**7.1.3.1.3.** Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem índice de liquidez geral ou solvência geral, nos casos dos **itens 7.1.3.1.1 e 7.1.3.1.1.1**, maior ou igual a 1,00 (um) e que comprovarem possuir capital mínimo ou valor de patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada pelo licitante**, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

**7.1.3.2.** As sociedades anônimas e demais sociedades empresariais, deverão apresentar, até o dia 30 de abril do ano subsequente ao encerramento do exercício social, balanço patrimonial e as demonstrações contábeis respectivas, conforme dispõe o artigo 1.078, da Lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil brasileiro), caso a empresa utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá apresentar até o ultimo dia do mês de maio do ano subsequente ao encerramento exercício social.

**7.1.3.3.** Após análise das propostas e documentações, o pregoeiro deve realizar consulta a base de dados da Receita Federal, com o propósito de verificar a existência de Escrituração Contábil Digital – ECD. Caso positivo, mesmo estando a empresa desobrigada da apresentação do SPED, se não enviou previamente documentação, o licitante será considerado inabilitado do certame.

PE 899/2021







**7.1.3.4.** Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, expedida até **90 (noventa) dias** antes da sessão eletrônica de abertura da licitação.

**7.1.3.4.1.** Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deve ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), devendo serem apresentadas certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item **7.1.3.4.**

#### **7.1.4. Qualificação Técnica:**

**7.1.4.1.** A licitante deve apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 03 (três) atestados de desempenho anterior, emitidos por prazo não superior a 01 (um) ano, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatórios da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com a indicação da quantidade fornecida, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento.

**7.1.4.1.1.** Entende-se por compatibilidade das características, o fornecimento de notebooks e/ou desktops: da quantidade, o fornecimento de no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade de equipamentos especificadas no item 5.4 (quantidades); e dos prazos, o fornecimento do quantitativo dentro dos prazos contratados.

**7.1.4.2.** A licitante deverá apresentar uma declaração de que os equipamentos ofertados possuem os certificados/normas listados nos itens 9.4 a 9.10 deste Termo de Referência, ficando a comprovação/apresentação destes Certificados e Normas a ser demonstrada em momento contratual.

**7.1.4.3.** Todos os documentos expedidos pela LICITANTE deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara de seu subscritor.

#### **7.1.5. Disposições Gerais da Habilitação**

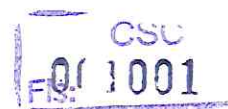
**7.1.5.1.** Os pré-cadastrados e os cadastrados devem apresentar ainda:

**7.1.5.1.1.** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal e nem utilizará, sob qualquer pretexto, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho

PE 899/2021







noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**7.1.5.1.2.** Declaração, sob as penas da lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros.

**7.1.5.1.3.** Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

**7.1.5.1.4.** As declarações acima mencionadas serão consideradas atendidas quando da inserção da proposta do licitante no sistema.

**7.1.5.2.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo CSC, em validade, substitui a documentação mencionada nos itens 7.1.1.1, 7.1.1.2, 7.1.1.3, 7.1.2 (**exceto a certidão mencionada no item 7.1.2.8**) e 7.1.3.4., cabendo a pregoeiro verificar por meio do sistema a existência do documento, em validade, juntando o mesmo na documentação enviada.

**7.1.5.3.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo do edital e seus anexos, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

**7.1.5.4.** Toda a documentação de habilitação deve estar válida na data do encaminhamento, para análise do CSC, salvo a excepcionalidade prevista às microempresas e empresas de pequeno porte, que usufruam do benefício legal.

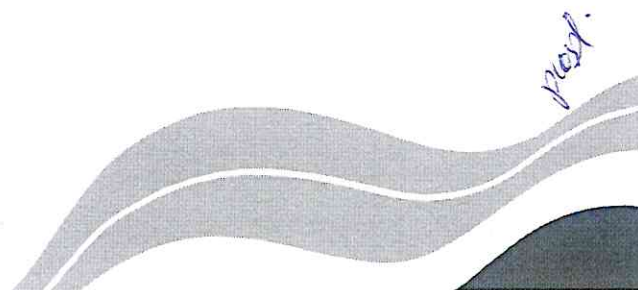
**7.1.5.5.** O licitante, ao participar do certame, deverá manter todas as certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista e Econômica atualizadas, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Amazonas, até a Adjudicação do objeto da Licitação, sob pena de inabilitação, salvo a excepcionalidade prevista às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que usufruam do benefício legal.

**7.1.5.6.** Sob pena de inabilitação os documentos apresentados devem estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

**7.1.5.6.1.** se o licitante for a empresa matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

**7.1.5.6.2.** se o licitante for a empresa filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

PE 899/2021







**7.1.5.6.3.** no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

**7.1.5.6.4.** os atestados de aptidão técnica/responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa licitante.

## **8. SESSÃO DO PREGÃO**

**8.1.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema, na sala de disputa, para participar da sessão de lances.

**8.1.1.** Iniciada a sessão de disputa de lances, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Presidente do CSC.

**8.2.** A partir do horário previsto no **item 2**, deste edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas no edital.

**8.3.** Todas as propostas que estiverem em consonância com as especificações e condições estabelecidas neste edital, serão classificadas para a etapa de lances.

**8.4.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

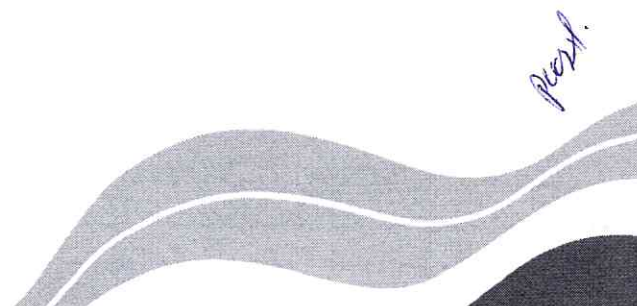
## **9. LANCES ELETRÔNICOS**

**9.1.** Após a classificação das propostas, o pregoeiro fará a divulgação no sistema eletrônico, convocando os proponentes para apresentarem lances. Aberta a etapa competitiva, deve ser considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor classificada, podendo os licitantes encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. **(artigo 10, inciso X, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.1.1.** Os lances devem ser formulados em algarismos, com 2 (duas) casas decimais depois da vírgula. Na oferta de lances, quando o valor unitário do item corresponder a número com mais de 2 (duas) casas decimais após a vírgula, somente serão consideradas as 2 (duas) primeiras, sendo desprezadas todas as demais.

**9.1.2.** Os licitantes ofertarão seus lances no campo "valor unitário" do sistema e-Compras.AM (<http://www.e-compras.am.gov.br>). O valor unitário corresponderá ao valor total do serviço de locação de equipamentos de informática novos.

PE 899/2021







**9.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando os horários fixados constante no **item 2** e as condições de aceitação dos mesmos. **(artigo 10, inciso XI, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.4.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar. **(artigo 10, inciso XIII, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.5.** A desistência em apresentar lance, implicará a exclusão do licitante desta etapa e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito da classificação final.

**9.6.** Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado pela Administração. **(artigo 10, inciso VIII, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.7.** Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os praticados pelo mercado, esta pode ser aceita, cabendo ao pregoeiro a negociação para a obtenção do melhor preço. **(artigo 10, inciso IX, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

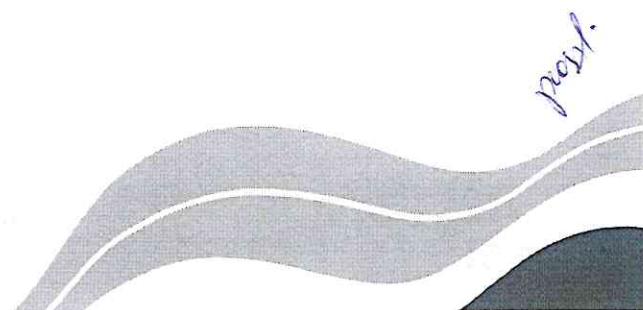
**9.8.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a indicação do detentor do lance. **(artigo 10, inciso XIV, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.8.1.** É vedado aos licitantes a utilização de caracteres (letras, números, símbolos, palavras) e/ou outros elementos de grafia não usuais, que possibilitem a identificação da autoria dos lances registrados, a fim de afastar a formação de conluio ou qualquer outro expediente destinado a frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação, sob pena de responsabilização administrativa e criminal, independente da existência de dano erário.

**9.9.** Havendo desconexão do pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. **(artigo 13, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.9.1.** Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será automaticamente suspensa e será reiniciada somente **30 (trinta) minutos**

PE 899/2021







após prévia e expressa comunicação aos participantes. **(artigo 13, parágrafo único, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.9.2.** Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 2 (duas) horas**, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e somente terá início no dia e horário previamente fixados e divulgados no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no endereço eletrônico do CSC <http://www.csc.am.gov.br>.

**9.10.** A etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual deve ser automaticamente encerrado o recebimento de lances. **(artigo 10, inciso XV, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.11.** Alternativamente ao disposto no item anterior, o pregoeiro poderá, com justificativa registrada em ata, decidir o encerramento antecipado da sessão pública, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso de período de tempo aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances. **(artigo 10, inciso XVI, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**9.12.** Encerrada a etapa de disputa de lances, será aberta automaticamente fase para considerações finais pelo pregoeiro, podendo, após suas considerações, encerrar a sessão de disputa.

## **10. DO JULGAMENTO**

**10.1.** Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados os prazos máximos para execução do objeto, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital. **(artigo 10, inciso XVII, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**10.1.1.** Examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao atendimento das condições previstas no item 6 do edital, caberá ao pregoeiro decidir, motivadamente, a respeito da sua aceitabilidade. **(artigo 10, inciso XVIII, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**10.2.** O pregoeiro deve anunciar o licitante detentor da melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após

PE 899/2021





negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor. **(artigo 10, inciso XIX, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**10.2.1.** Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do edital e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

**10.3.** Concluído o procedimento previsto no item **10.2**, o pregoeiro solicitará dos licitantes detentores das melhores ofertas, o envio, no **prazo de até 3 (três) horas, via sistema e-Compras** (<http://www.e-compras.am.gov.br>), da proposta de preço reformulada na forma do item **6.9** e dos documentos previstos nos itens **7.1.2.8, 7.1.3.1, 7.1.4 e 7.1.5**, pelos licitantes cadastrados. Já os licitantes pré-cadastrados deverão encaminhar a documentação prevista no item **7**, com exceção dos documentos previstos no item **7.1.5.2.**, e a proposta reformulada prevista no item **6.9**. O envio de tal proposta e documentação tem por objetivo a inabilitação ou a declaração de vencedor do item e deverão obedecer rigorosamente os critérios estipulados no **"MANUAL DO SISTEMA E-COMPRAS PARA ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO"**, constantes no **Anexo IV** do edital.

**10.3.1.** Para garantir a integridade das Propostas de Preços e da Documentação, estas devem conter rubrica ou assinatura de seu representante legal em todas as folhas.

**10.3.1.1.** Serão aceitas as assinaturas mecanográficas e eletrônicas.

**10.3.1.2.** Os documentos assinados mecanograficamente devem ser digitalizados e encaminhados via sistema e-compras.

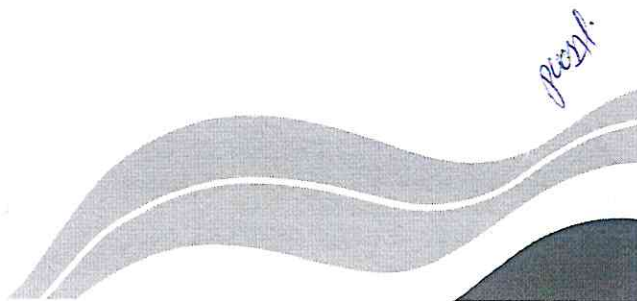
**10.3.1.3.** A assinatura eletrônica será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados.

**10.3.1.4.** As assinaturas eletrônicas podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico, inclusive pelo assinador Serpro, disponível gratuitamente no sítio eletrônico <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>

**10.3.1.5.** Os documentos que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos, não serão analisados.

**10.3.1.6.** Recebida a Proposta de Preços e a Documentação, o Pregoeiro, obrigatoriamente, efetuará a verificação da veracidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet, mediante conferência destes documentos nos respectivos sites emissores.

PE 899/2021







**10.3.1.6.1.** Em atendimento a determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão 2296/2012-TCU/Plenário e para dar concretude à Lei nº 12.846/13 será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência, após análise das propostas e documentações, e antes da declaração de vencedor, para verificar se o licitante ostenta algum registro impeditivo. Em caso de positivo, em cumprimento ao **item 4.2.5** do Edital, o licitante será excluído do certame (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>).

**10.3.2.** Como requisito para a celebração do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante o documento original da proposta e o original ou cópia da documentação enviada ao CSC, na forma do item **10.3. (artigo 10, incisos XXI e XXIII, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**10.3.3.** Após a análise da aceitabilidade da proposta e do julgamento da documentação de que trata o item **10.3**, o pregoeiro disponibilizará nos campos "documentos avulsos" e "**documentos cadastral/CCF**", constante no sistema e-Compras.AM (<http://www.e-compras.am.gov.br>), a documentação enviada pelo licitante detentor da melhor oferta para *download* e vistas e com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, anunciará, por meio de mensagem no sistema e-Compras, o horário em que será declarado o vencedor.

**10.3.3.1.** No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentem alguma restrição quanto à documentação de regularidade fiscal e trabalhista, após a análise da aceitabilidade da proposta e do julgamento da documentação de que trata o item **10.3**, o pregoeiro com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, anunciará, por meio de mensagem no sistema e-Compras, o horário em que será aberto o prazo previsto no **item 7.1.2.7, do edital**, ou declarado o vencedor, dependendo do caso.

**10.3.3.2.** Aberto o prazo previsto no **item 7.1.2.7, do edital**, o pregoeiro já deverá marcar a próxima sessão para anunciar sobre a regularização da documentação ou declarar o vencedor.

**10.3.3.3.** Caso a proposta de preços reformulada seja desclassificada ou a documentação não atenda aos requisitos de habilitação, o pregoeiro convocará o licitante que estiver na ordem de classificação para cumprimento do procedimento descrito no item **10.3**, até a apuração de uma proposta e documentação que atendam o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**10.4.** Na situação a que se referem os **itens 10.2. e 10.3.3.3.**, o pregoeiro pode negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor. Podendo essa negociação ser feita exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a qual deverá constar da ata.

PE 899/2021







**10.5.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências do edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou excessivos para a Administração.

**10.5.1.** Serão considerados inexequíveis os preços que, após concedida ao licitante a oportunidade de apresentar documentos, planilhas e notas fiscais dos fornecedores dos insumos, não demonstrem a exequibilidade da proposta.

**10.5.2.** Serão considerados excessivos os preços que sejam superiores ao valor estimado pela Administração.

**10.5.3.** Não se admitirá proposta que apresente preço global, total e de item simbólicos, irrisórios ou de valor zero, nem valor unitário de item com preço superior ao estimado pela Administração.

**10.5.3.1.** Caso o(s) valor(es) unitário(s) de algum(uns) item(ns) fique(m) acima do estimado pela Administração, será iniciada fase de negociação com o licitante, somente para o(s) respectivo(s) item(ns), até que se atinja aquele valor.

**10.5.3.2.** Frustrada a negociação do item **10.5.3.1**, o licitante será desclassificado.

**10.5.3.3.** Para atender os fins do item **10.5.3.1**, não serão aceitos remanejamentos de valores nos demais itens.

**10.6.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão da ata circunstanciada disponibilizada no portal público e-Compras.AM, e estará disponível para consulta no sítio <https://www.e-compras.am.gov.br>, sem prejuízo das demais formas de publicidades previstas na legislação pertinente. (artigo 10, inciso XXV, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).

**10.7.** Cabe ao licitante adotar todas as medidas tecnológicas necessárias para o envio da proposta e documentação pelo sistema e-Compras, eventuais dúvidas tecnológicas poderão ser sanadas por meio dos telefones: (92) 2129-2550.

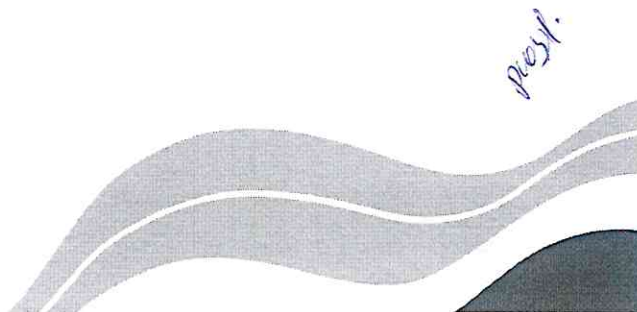
## **11. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**11.1** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

Centro de  
**Serviços**  
Compartilhados







**11.1.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem pelo pregoeiro, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

**11.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o pregoeiro convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no **subitem 11.1, desta Seção**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**11.1.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 11.1, desta Seção**, o pregoeiro verificará quem lançou a proposta primeiro, definindo e convocando a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

**11.2.** Na falta de apresentação da nova proposta, estendida essa situação a todos os licitantes que se enquadrem na condição prevista no **subitem 11.1, desta Seção**, será mantida a proposta da licitante melhor classificada de acordo com o preço inicialmente proposto, implicando na preclusão do direito de preferência de contratação.

**11.3.** O pregoeiro poderá, na hipótese de dúvida no enquadramento, solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

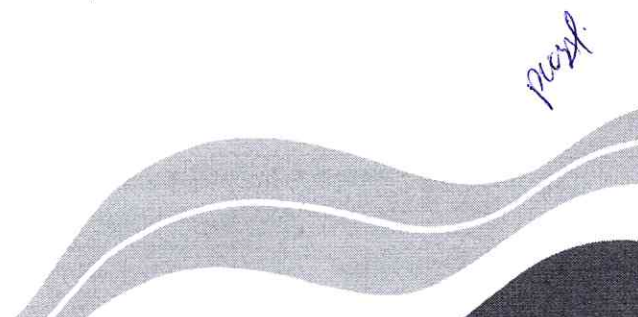
## **12. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

**12.1.** Até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para início da abertura das propostas, qualquer interessado poderá solicitar do Centro de Serviços Compartilhados esclarecimentos, providências ou impugnar o edital de licitação. (**artigo 87, § 1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**).

**12.2.** Os pedidos de esclarecimento e impugnação aos termos do edital devem ser encaminhados, tempestiva e preferencialmente, ao endereço [csc@csc.am.gov.br](mailto:csc@csc.am.gov.br).

**12.3.** O Presidente do CSC decidirá sobre a petição no **prazo de até 3 (três) dias úteis**. (**artigo 87, § 1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**).

PE 899/2021







**12.4.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame. (**artigo 17, § 2º, do Decreto estadual nº 21.178, de 27 de setembro de 2000**).

**12.5.** O Centro de Serviços Compartilhados responderá os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações por meio de Ofício-Circular, que poderá ser visualizado no endereço eletrônico <http://www.e-compras.am.gov.br>, no botão “Documentos, Anexos e Ofícios-Circulares do Edital”.

**12.6.** Enquanto o item estiver sob a situação “etapa de lances foi encerrada!”, o licitante não poderá manifestar sua intenção de recorrer, devendo tal intenção ser manifestada somente quando houver sido declarado vencedor.

**12.7.** Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente intenção de recorrer no botão ‘recurso’ do sistema *e-compras.AM*, no **prazo de 10 (dez) minutos** imediatamente posteriores à declaração do vencedor, devendo as razões do recurso serem encaminhadas no **prazo de 3 (três) dias**, contados a partir do decurso dos **10 (dez) minutos** estipulados para manifestar intenção do recurso.

**12.7.1.** Na hipótese de ser vencedora uma microempresa ou empresa de pequeno porte, com restrição em sua regularidade fiscal e trabalhista, o prazo previsto no **item 12.7** será contado somente após findo o prazo descrito no **subitem 7.1.2.7, da Seção 7**, concedido para a regularização da mesma.

**12.7.2.** Quando a manifestação motivada da intenção de recorrer não puder ser realizada por meio do botão “recurso”, o licitante terá até 5 (cinco) minutos, contados da reabertura do *chat*, para no mesmo manifestar sua intenção de recorrer.

**12.7.3.** No caso de fracasso do certame, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente intenção de recorrer no *chat*, no prazo de 10 (dez) minutos imediatamente posteriores a declaração de fracasso.

**12.7.4.** As razões do recurso devem guardar identidade com os motivos expostos ao final da sessão do pregão e devem ser encaminhadas tempestivamente ao Centro de Serviços Compartilhados, via protocolo ou por meio do endereço [csc@csc.am.gov.br](mailto:csc@csc.am.gov.br).

**12.8.** Os demais licitantes ficarão intimados a apresentar contrarrazões desde o momento em que o recorrente manifestar sua intenção de recurso no sistema *e-Compras.AM* (<http://www.e-compras.am.gov.br>).

**12.8.1.** As contrarrazões devem ser encaminhadas ao Centro de Serviços Compartilhados, via protocolo ou por meio do endereço [csc@csc.am.gov.br](mailto:csc@csc.am.gov.br), no **prazo de até 3 (três) dias** contados do término para apresentação das razões do recurso.

PE 899/2021







**12.8.2** Para tomar ciência das razões do recurso, os demais licitantes poderão solicitar, inclusive via correio eletrônico (*e-mail*), que o Centro de Serviços Compartilhados - CSC lhe encaminhe as alegações do recorrente.

**12.9.** Os licitantes podem solicitar, por meio do endereço [csc@csc.am.gov.br](mailto:csc@csc.am.gov.br), que o Centro de Serviços Compartilhados - CSC lhe encaminhe o resultado do julgamento do recurso.

**12.10.** A sessão pública do pregão só estará concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes manterem-se conectados ao sistema *e-Compras.AM* (<http://www.e-compras.am.gov.br>) até o final desta etapa.

**12.11.** A falta de manifestação imediata motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, devendo o pregoeiro consignar tal situação em ata. **(artigo 15, § 1º, do Decreto estadual nº 21.178, de 27 de setembro de 2000, combinado com artigo 10, caput, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**12.12.** O não oferecimento de razões no prazo do item 12.7 fará deserto o recurso. **(artigo 15, § 2º, do Decreto estadual nº 21.178, de 27 de setembro de 2000, combinado com artigo 10, caput, do Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**12.13.** O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

**12.13.1.** A interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo implica suspensão da fluência do prazo de validade das propostas.

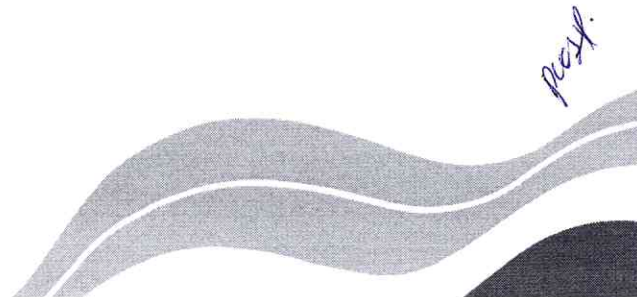
**12.14.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo a decisão mencioná-los expressamente, cabendo à autoridade designar dia e hora para repetição dos atos, se for o caso. **(artigo 15, § 4º, do Decreto estadual nº 21.178, de 27 de setembro de 2000, combinado com artigo 10, caput, do 24.818, de 27 de fevereiro de 2005).**

**12.15.** O pregoeiro disponibilizará no botão “parecer jurídico” o parecer emitido pela Assessoria e aprovado pelo Presidente.

### **13. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

**13.1.** O Presidente do Centro de Serviços Compartilhados, após eventual julgamento do recurso, deve adjudicar o objeto ao licitante vencedor ou, quando for o caso, determinar o fracasso da licitação.

PE 899/2021







**13.2.** O Presidente do Centro de Serviços Compartilhados fará encaminhar o processo à autoridade competente para homologação do procedimento.

**13.3.** A adjudicatária deverá comparecer para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação para esse fim, sob pena de decair do direito de contratação.

**13.3.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**13.4.** Aplica-se ao contrato celebrado os artigos de 68 a 84, da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM, de 31 de janeiro de 2019.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

• **Deverão prevalecer as penalidades disciplinadas no item 20 do Termo de Referência, no que divergir com o Edital.**

**14.1.** O licitante que der causa ao retardamento da execução do certame, não enviar documentação exigida no **item 10.3**, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, apresentar documento ideologicamente falso ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, pelo **prazo de até 2 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

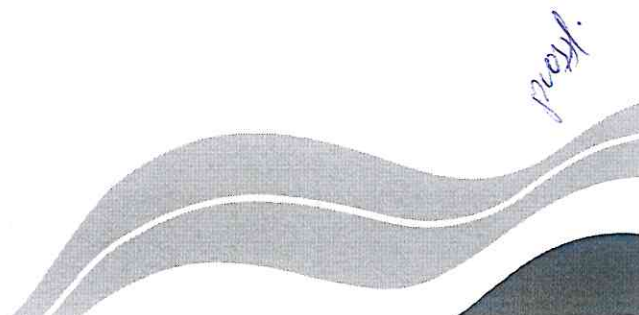
**14.1.1.** A sanção referida no **item 14.1**, será aplicada pelo Presidente do CSC (na forma do artigo 83, da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016), em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

**14.2.** Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o órgão contratante poderá aplicar à prestadora de serviço, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

**14.2.1.** Advertência.

**14.2.2.** Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM.

PE 899/2021





**14.2.3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

**14.2.4.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

**14.2.5.** Multa de 10% sobre o valor do contrato, em caso de recusa da prestadora do serviço em assinar o contrato.

**14.2.6.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, por **prazo não superior a 2 (dois) anos**.

**14.2.7.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no **item 14.2.6**.

**14.3.** A sanção prevista no item **14.2.6** será aplicada pela autoridade competente do órgão contratante, na forma do artigo 83, da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

## **15. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**15.1.** Serão prestadoras de serviço do objeto desta licitação as empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

**15.2.** A prestadora de serviço deverá especificar na(s) nota(s) fiscal(is): preço, inclusive os centavos, incluso todas as taxas, impostos, frete, seguro e demais despesas necessárias à execução dos serviços.

**15.3.** Se a qualidade do(s) serviço(s) prestado(s) não corresponder ao exigido neste edital a contratada será chamada para, dentro do **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, fazer as devidas correções e/ou complementações, ou refazer o serviço, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital pelo órgão ou entidade contratante, nos termos do **artigo 3º, inciso XIII, do Decreto estadual nº 25.374, de 14 de outubro de 2005**.

**15.4.** O recebimento do serviço será realizado de acordo o previsto no **artigo 130, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM, de 31 de janeiro de 2019**.

PE 899/2021







**15.5.** O(s) serviço(s), objeto desta licitação deverá(ão) ser prestado(s) e acompanhado(s) de nota fiscal, ou nota fiscal-fatura, conforme o caso.

**15.6.** A empresa vencedora que se enquadrar nos limites de valores estabelecidos na **Lei estadual nº 4.730, de 27 de dezembro de 2018**, deverá possuir o Programa de Integridade para contratar com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM.

**15.6.1.** Se a empresa possuir Programa de Integridade implantado deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência, nos termos do artigo 9º, da **Lei estadual nº 4.730, de 27 de dezembro de 2018**.

**15.6.2.** Caso a empresa não possua Programa de Integridade, a implantação deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos ou na metade do prazo do contrato, contados a partir da data de celebração deste, sob pena de multa e rescisão contratual, conforme a Lei.

**15.7.** É vedada, no âmbito do Estado do Amazonas, a contratação de pessoa jurídica que possua em seu quadro societário cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta até o segundo grau, de Secretário de Estado vinculado ao Poder Executivo do Estado do Amazonas, nos termos da Lei Estadual n.º 5.311, de 18 de novembro 2020.

**15.8.** É vedada, ao Secretário de Estado da pasta contratante, a contratação de bens ou serviços, prestados por pessoa jurídica que possua em seu quadro societário cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta até o terceiro grau, nos termos da Lei Estadual n.º 5.311, de 18 novembro de 2020.

**15.9.** Deverá ser apresentado, na fase de contratação, o catálogo ou o manual dos equipamentos ofertados, em português, a fim de comprovar o atendimento das exigências das especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e no Edital.

## **16. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**16.1.** As despesas com a contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos seguintes recursos:

- a) Fonte: 2010000;
- b) Elemento de Despesa: 339039;
- c) Unidade Gestora: 016501.

## **17. DO PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado na forma da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM, de 31 de janeiro de 2019.

PE 899/2021







**17.2.** Nenhum pagamento isentará o contratado das responsabilidades contratuais, nem implicará aprovação definitiva das compras efetuadas, total ou parcialmente.

## **18. DOS PRAZOS**

**18.1.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no CSC.

## **19. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** O Presidente do **CSC** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os membros das subcomissões.

**19.2.** Quando todos os atos não puderem ser concluídos em uma única sessão o pregoeiro designará no *chat* dia e hora para retomada do certame. Na impossibilidade de seu cumprimento, a nova sessão será divulgada na forma da lei.

**19.3.** No endereço eletrônico <http://www.csc.am.gov.br> o licitante obterá os avisos relativos a modificações, adiantamentos, marcações de novas datas e restabelecimentos dos prazos para a realização dos certames.

**19.4.** Compete ao Presidente do Centro de Serviços Compartilhados revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade decorrente de ato praticado no âmbito do CSC, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, os certames licitatórios, sem prejuízo da possibilidade de novo exame, por parte da autoridade competente para homologar a licitação.

**19.5.** No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

**19.6.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.7.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar aos licitantes o **prazo de 3 (três) dias úteis**

PE 899/2021







para a apresentar nova documentação ou nova proposta escoimadas as causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

**19.8.** O proponente que vier a ser contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

**19.9.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário aqui estabelecido, desde que não haja comunicação formal em contrário.

**19.10.** Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Atestado de Aptidão Técnica;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo III – Minuta de Contrato;
- Anexo IV – Manual do Sistema e-Compras para envio de Documentação no Pregão Eletrônico;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Garantia Contratual;
- Anexo VI – Termo de Referência.

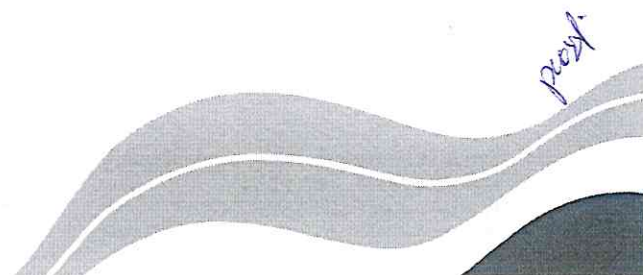
**19.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante do certame, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**19.12.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e a obtenção do melhor preço.

**19.13.** Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos anexos deste edital.

**19.14.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CSC, com base na **Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto federal**

PE 899/2021







nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto estadual nº 21.178, de 27 de setembro de 2000, no que não conflitar, com o Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005, Decreto estadual nº 25.374, de 14 de outubro de 2005 e Decreto estadual nº 28.182, de 18 de dezembro de 2008, Decreto estadual nº 39.032, de 24 de maio de 2018, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM, de 31 de janeiro de 2019.

**19.15.** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Presidente do Centro de Serviços Compartilhados, se necessário, modificar este edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**19.16.** É facultada ao CSC ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**19.16.1.** A diligência efetuada junto aos licitantes, inclusive quanto à comprovação da exequibilidade e desde que as informações não alterem os preços apresentados, deverá ser atendida impreterivelmente **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, contados da confirmação da leitura do *e-mail* ou do recebimento de documento oficial expedido por este CSC. O não atendimento ao estabelecido implicará na desclassificação e/ou inabilitação do licitante.

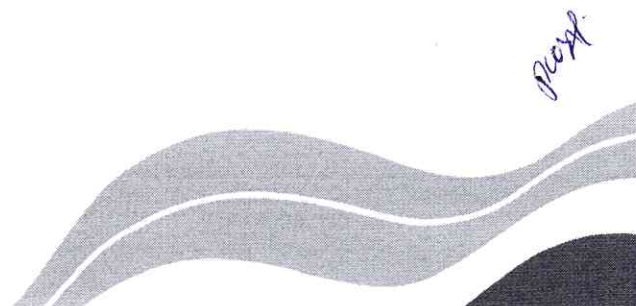
**19.17.** A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**19.18.** Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada, poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

**19.19.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**19.20.** Caberá ao representante credenciado da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

PE 899/2021







**19.21.** Cabe ao proponente responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como os riscos inerentes ao uso indevido de sua senha de acesso. (**artigo 6º, inciso IV, Decreto estadual nº 24.818, de 27 de fevereiro de 2005**).

**19.22.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou o Centro de Serviços Compartilhados responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

**19.23.** Qualquer alusão à marca constante das especificações técnicas do objeto desta licitação, deverá ser considerada marca de referência, admitindo-se apresentação de similar.

**19.24.** Caso o licitante pré-cadastrado no sistema e-Compras.AM seja declarado vencedor do certame, a documentação de habilitação apresentada será utilizada para conclusão do cadastramento.

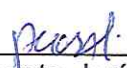
**19.25.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital, fica eleito o foro da comarca de Manaus, Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Manaus, Amazonas, 10 de agosto de 2021.

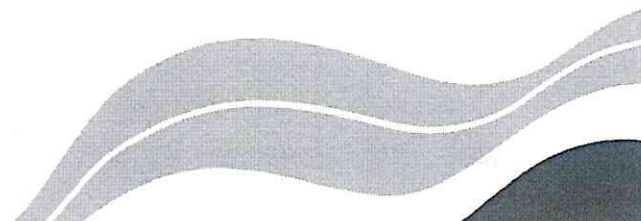
  
**WALTER SIQUEIRA BRITO**  
Presidente do Centro de Serviços Compartilhados

Edital e anexos aprovados.

Em: 10 / 08 / 21

  
Departamento Jurídico do CSC

PE 899/2021





## INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES DE CADASTRAMENTO

### 1. O QUE É O CADASTRO CENTRAL DE FORNECEDORES DO ESTADO DO AMAZONAS?

**1.1** Constitui-se de registro cadastral de interessados que apresentam os documentos de habilitação e qualificação necessários para participação de licitações realizadas pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional.

### 2. VANTAGENS DO CADASTRAMENTO

**2.1** A empresa cadastrada é frequentemente convidada para participar de licitações, pois é mais seguro contratar com quem já demonstrou sua capacidade e idoneidade;

**2.2** A empresa que estiver com o registro cadastral válido já está preparada para participar das licitações, bastando comprová-lo conforme previsto no edital e, eventualmente, apresentar documentos complementares nele determinados.

### 3. PRÉ-CADASTRAMENTO E CONCLUSÃO DO CADASTRO

**3.1** Para participar desta licitação, o interessado deve estar pré-cadastrado no sistema e-Compras, por meio do endereço eletrônico <https://www.e-compras.am.gov.br>, na opção PRÉ CADASTRE-SE, e apresentar, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização do certame, por meio do fax nº (92) 3214-5638, a seguinte documentação:

**3.1.1.** Requerimento para obtenção de chave e senha de acesso, subscrito por sócio ou procurador. No caso de requerimento firmado por procurador é obrigatória a apresentação da Procuração no qual conste expresse poder para, em nome do outorgante, solicitar senha e chave de acesso.

**3.1.2.** Carteira de identidade do solicitante do requerimento.

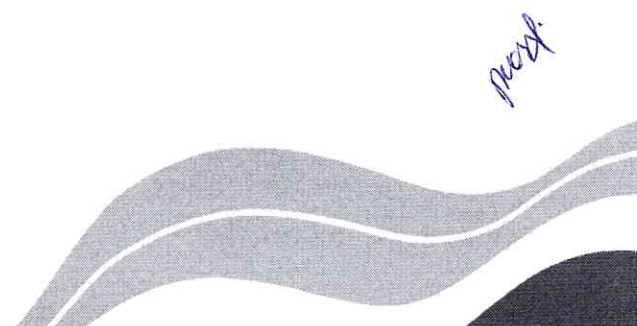
**3.1.3.** CNPJ.

**3.1.4.** Certidões de regularidade fiscal e trabalhista previstas nos itens **7.1.2.2, 7.1.2.3, 7.1.2.4, 7.1.2.8** e certidão prevista no **item 7.1.3.2** do Pregão Eletrônico nº /2021 - CSC.

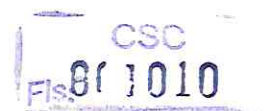
**3.1.5.** Comprovante de conta bancária.

**3.1.6.** Comprovante de endereço da pessoa jurídica que participará da licitação.

PE 899/2021







**3.1.7.** Atestado de aptidão técnica, para comprovar a sua efetiva execução, bem como comprovar o ramo de atividade da empresa.

**3.1.8.** E-mail para o qual será enviada a chave e senha de acesso.

**3.1.9.** Declaração, obrigatória somente para a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de que, sob as penas da lei, cumpre todos os requisitos da Lei Complementar nº 123/06, inclusive quanto à qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, combinado com os termos do Decreto Estadual nº 28.182/08, estando apta a usufruir o tratamento diferenciado, e, que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar retromencionada.

**3.2** O interessado será pré-cadastrado no ramo de atividade indicado no atestado de aptidão técnica previsto no **item 3.1.7.**

**3.3** Os documentos relacionados no **item 3.1** devem estar válidos na data de realização do certame, sob pena da suspensão da senha e chave de acesso.

**3.4** O cadastramento no CCF/AM do licitante vencedor será concluído pelo Centro de Serviços Compartilhados.

**3.4.1** Os demais pré-cadastrados, para participarem de outras licitações, devem concluir o cadastramento, mediante entrega, no protocolo do Centro de Serviços Compartilhados ou pelos correios, por meio de correspondência registrada com recibo de entrega, dos documentos comprobatórios de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista discriminados na Portaria nº 044/2006-GP/CGL, publicada no DOE/AM, em 25 de agosto de 2006.

**3.4.1.1.** O pré-cadastrado que não finalizar o cadastramento ficará impedido de participar das licitações, dispensas e inexigibilidades, mediante suspensão da chave e senha de acesso.

**3.4.1.2.** O sistema e-Compras.AM não admite:

**3.4.1.2.1.** Mais de um pré-cadastramento para o mesmo CNPJ;

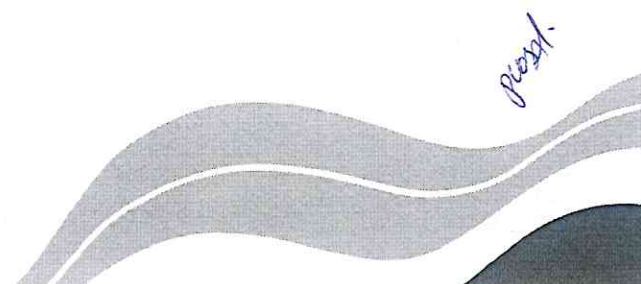
**3.4.1.2.2.** Renovação de pré-cadastramento.

**3.5.** A documentação descrita no **item 3.4.1.** deverá ter validade na data de ingresso no protocolo do Centro de Serviços Compartilhados.

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

Centro de  
**Serviços**  
Compartilhados





**3.6.** O Certificado de inscrição no Cadastro Central de Fornecedores do Estado do Amazonas – CCF/AM emitido terá validade de 12 (doze) meses, contados de sua expedição.

#### **4. INFORMAÇÕES**

**4.1** Maiores informações sobre cadastramento poderão ser obtidas no Centro de Serviços Compartilhados, situada na Rua Belo Horizonte, 1420 – Adrianópolis, Manaus/AM, CEP 69057-060 telefone: (92) 3214-5638.

**4.2** Fundamento Legal: **Decreto estadual nº 40.485, de 27 de março 2019.**

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

**Centro de  
Serviços**  
Compartilhados

*pross.*





## MODELO DE REQUERIMENTO PARA OBTENÇÃO DE CHAVE E SENHA DE ACESSO

Ao Centro de Serviços Compartilhados

\_\_\_\_\_, (Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ  
n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na cidade de  
\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_,  
neste ato representada por \_\_\_\_\_, RG n.º  
\_\_\_\_\_, e CPF n.º \_\_\_\_\_, vem requerer chave e senha  
de acesso para fins de participação em licitação nesse Centro de Serviços  
Compartilhados, juntando para tanto a documentação exigida nas Instruções  
Complementares de Cadastramento.

Nestes termos  
Pede deferimento.

Cidade / data.

Carimbo e assinatura.

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Fac-símile: \_\_\_\_\_

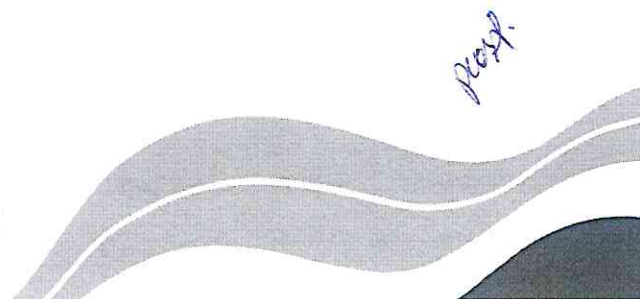
e-mail: \_\_\_\_\_

Obs.:

1. Este requerimento deverá ser enviado, acompanhado dos documentos constantes das Instruções Complementares de Cadastramento, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização do certame, por meio do fax nº (92) 3214-5638.

2. O requerimento deverá conter o timbre da pessoa jurídica.

PE 899/2021





**ANEXO I**  
**MODELO DE ATESTADO DE APTIDÃO TÉCNICA**

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ  
n.º \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_, forneceu os serviços abaixo  
discriminados, não ocorrendo nada que a desabone.

Descrição do Serviço	Prazo de execução

Cidade/data

Cargo/assinatura

Dados da empresa emitente (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar no atestado o nome, o CNPJ e o endereço da empresa)

**OBS:** O cabeçalho deverá conter o timbre da pessoa jurídica de direito público ou privada emitente do atestado.

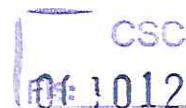
PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

**Centro de  
Serviços**  
Compartilhados

*Presp.*





**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU**  
**EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**DECLARAÇÃO**

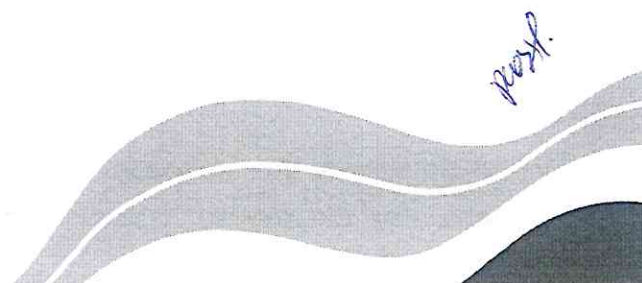
Em conformidade com o disposto no artigo 1º, do Decreto estadual nº 28.182, de 18 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações de bens, serviços e obras na Administração Pública:

Eu, ..., RG ..., legalmente nomeado representante da empresa ..., CNPJ ..., e participante do procedimento licitatório nº ..., na modalidade de ..., processo nº. ..., declaro, sob as penas da lei, que, a empresa a qual represento cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como microempresa (ou empresa de pequeno porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no §4º do artigo 3º, da Lei Complementar federal nº 123, de 2006.

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

**Centro de**  
**Serviços**  
Compartilhados





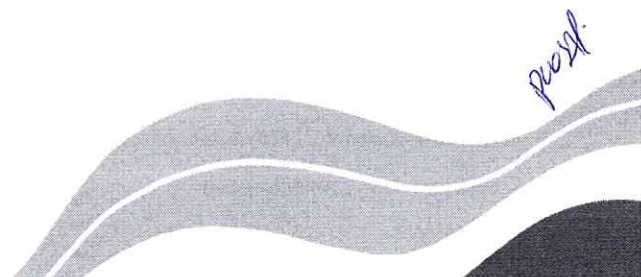
**ANEXO III**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº ...../2021-CSC**

**TERMO DE CONTRATO Nº xx/20aa – AFEAM**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE [inserir o objeto do contrato], CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM E A [inserir a razão social do contratado], NA FORMA ABAIXO:**

Aos dd (ddddd) dias do mês de mmmmm de 20aa, nesta cidade de Manaus, em sua sede, a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM**, empresa pública estadual autorizada pela Lei estadual nº 2.505, de 1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.183.937/0001-38, situada na Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, CEP 69.058-795, Manaus, Amazonas, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor **MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade profissional sob o registro nº 2565-CORECON/AM e CPF nº 347.152.742-72 e por sua Diretora de Administração, senhora **CRISTINA COELHO DA SILVA**, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade sob o RG nº 1034873-5-SSP/AM e CPF nº 418.291.662-04, ambos domiciliados no mesmo endereço da **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **[inserir a razão social do contratado em caixa alta e negrito]**, adiante designada **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA), em dd.mm.aaaa, sob o nº xxxxxxxxxxxx, com última alteração em dd.mm.aaaa, registrado junto à JUCEA sob nº xxxxxxxxxxxx, de dd.mm.aaaa, sediada n[**inserir o/a**] [**inserir nome da avenida/rua/beco, travessa, etc**] nº xxxx, [**inserir o bairro**], CEP xx.xxx-xxx, [**inserir município**], [**inserir estado**], inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representada por [**inserir função, cargo, etc**], o senhor **[inserir nome do responsável legal em caixa alta e negrito]**, [**inserir nacionalidade**], [**inserir estado civil: solteiro/a, casado/a, divorciado/a, ou viúvo/a**], [**inserir profissão, atividade**], portador da Carteira de Identidade RG nº xxxxxxxx-x SSP/[**inserir UF**], CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, domiciliado no mesmo endereço da **CONTRATADA**, em consequência do resultado da licitação, realizada pelo **CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC**, na modalidade pregão eletrônico de nº xxxx/20aa, cuja homologação foi publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas (DOE/AM), edição nº xxxxxx, de dd.mm.aaaa, tendo em vista os autos do processo nº 01.01.010000.00000000.20aa-CSC, adiante designado **PROCESSO**, na presença das testemunhas nominadas no final, assinam o presente **TERMO DE CONTRATO Nº xx/20aa, DE [inserir o objeto do contrato em caixa alta e negrito]**, em razão da decisão da Diretoria da **CONTRATANTE**, expressa Resolução

PE 899/2021







da Diretoria nº xx/20aa, de dd.mm.aaaa, que autorizou celebrar este contrato, sendo ele regido pela Lei nº 13.303, de 2016, Decreto estadual nº 39.032, de 2018, e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM, de 2019, bem como pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Por força deste contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar à **CONTRATANTE** os serviços de [inserir o objeto do contrato], e vincula-se ao edital da licitação, à proposta, de dd.mm.aaaa, e ao projeto básico, de dd.mm.aaaa, constantes do **PROCESSO**, que passam a integrar o presente instrumento como se nele estivessem transcritos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão executados sob o regime de [inserir um dos regimes previstos nos incisos do artigo 43, da Lei nº 13.303, de 2016].

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:** O preço global [inserir, se for o caso: estimado] dos serviços é R\$ xx,xx (xx reais e xx centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global [inserir, se for o caso: estimado] do contrato em xx (xxxxx) parcelas mensais, [inserir, se for o caso: estimadas] e sucessivas de R\$ xx,xx (xx reais e xx centavos), nos termos dos parágrafos seguintes:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deve apresentar à **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

I. Requerimento de pagamento;

II. Nota fiscal;

III. Recibo;

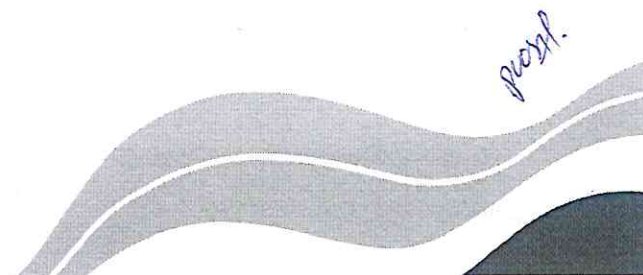
IV. Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e do FGTS, em validade, nos termos dos subitens 7.1.2.2 a 7.1.2.4, do edital constante dos autos do **PROCESSO**;

[inserir, quando o objeto se tratar de serviço com mão-de-obra: V. Relatório de serviços; e,]

[inserir, quando o objeto se tratar de serviço com mão-de-obra: VI. Documentação obrigatória da mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços.]

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATANTE** deve conferir os documentos recebidos e, se não houver inconformidade, deve atestá-los.

PE 899/2021





**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em caso de inconformidade, a **CONTRATADA** será notificada para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, que regularizou situação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O pagamento será em moeda oficial e corrente no País, por meio de depósito na conta-corrente bancária da **CONTRATADA**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados após conferência e conformidade dos documentos pertinentes e atesto da nota fiscal pelo gestor do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de ser dia não útil, o pagamento será postergado imediatamente para o primeiro dia útil.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DATA BASE E DA PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO:** O preço do objeto contratado poderá ser reajustado anualmente, por meio de acordo entre as partes ou com base na variação do [inserir índice/indicador de reajuste econômico].

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Considera-se dd.mm.aaaa como data-base para efeito da contagem da periodicidade anual para reajustar o preço do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE INÍCIO DE CADA ETAPA DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E DE RECEBIMENTO**

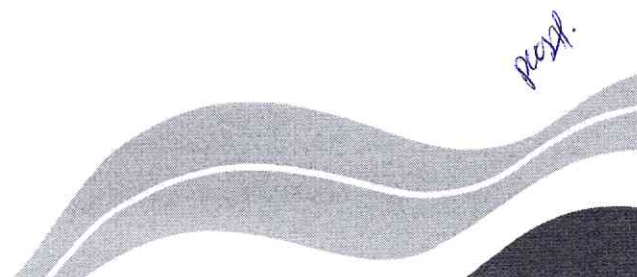
**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:** À **CONTRATANTE** é assegurado o direito de, a seu critério e por meio do empregado [inserir nome completo], matrícula nº xxx, [inserir emprego/função], exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços contratados e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo dessa de fiscalizar seus empregados, prepostos ou serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A fiscalização da **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos serviços contratados e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O fiscal da **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PE 899/2021







**PARÁGRAFO QUARTO:** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal da **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas a seus superiores para a adoção de medidas necessárias.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A **CONTRATADA** é obrigada a manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA OFERECIDA PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL:** A **CONTRATADA** deve optar por uma das modalidades de garantia previstas no artigo 70, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016, e apresentá-la à **CONTRATANTE**, por meio de apólice ou de carta fiança, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do preço global atualizado do contrato e será atualizada nas mesmas condições de reajuste do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de objeto contratual de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, a garantia poderá ser elevada para até 10% (dez por cento) do preço global atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A garantia será de R\$ xx,xx (xx reais e xx centavos), correspondente a xx% (xxxxx por cento) do preço global atualizado do contrato, com vencimento em dd.mm.aaaa.

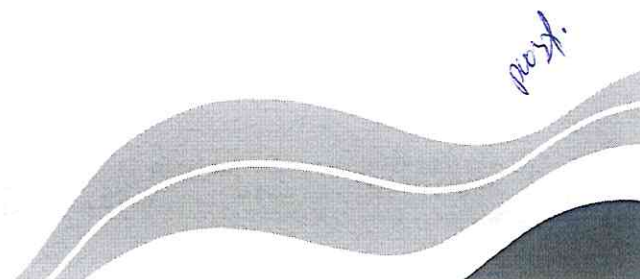
**PARÁGRAFO QUARTO:** A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação de prazo de vigência ou alteração contratual, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Nas ocorrências previstas nos incisos do Parágrafo Sexto, da Cláusula Oitava, do contrato, o garantidor permanece responsável pelas obrigações já asseguradas.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízo advindo do não cumprimento do contrato, parcial ou total, e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. Prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e,

PE 899/2021





III. Sanções contratuais e legais de qualquer natureza aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Não será aceito instrumento de garantia em cujos termos não constem expressamente:

I. Os eventos indicados nos itens do Parágrafo Sexto, da Cláusula Oitava, do contrato;

II. Declaração do garantidor de que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais e que não oporá cláusulas de isenções de responsabilidade relativas ao cumprimento das disposições contratuais;

III. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**;

IV. Em caso de penalidade imposta pela **CONTRATANTE**, basta apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido para a **CONTRATADA**, no prazo 5 (cinco) dias úteis, na forma fixada pela **CONTRATANTE**, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da **CONTRATADA**;

V. Expressa renúncia aos benefícios do artigo 827, da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil brasileiro), na hipótese de apresentação de garantia na modalidade fiança bancária;

VI. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados no Parágrafo Sexto, da Cláusula Oitava, do contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a efetuar a respectiva reposição ou complementação do valor da garantia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação feita pela **CONTRATANTE**;

VII. Em caso de alteração do valor do contrato a **CONTRATADA** deve apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação feita pela **CONTRATANTE**;

VIII. Caso a **CONTRATADA** não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, ficará sujeita às penalidades contratuais cabíveis.

IX. A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, quando for considerada extinta nos termos dos incisos X e XI, do Parágrafo Sétimo, da Cláusula Oitava, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais pela **CONTRATADA**;

PE 899/2021







X. A garantia será considerada extinta por meio da devolução da apólice ou carta fiança, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato; e,

XI. A garantia, também, será considerada extinta depois de 5 (cinco) dias úteis após a data do término da sua vigência, caso a **CONTRATANTE** não comunique à **CONTRATADA** a ocorrência de sinistros.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

I. Cumprir fielmente o objeto do contrato;

II. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato;

III. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

IV. Fornecer e colocar a disposição da **CONTRATANTE** todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;

V. Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;

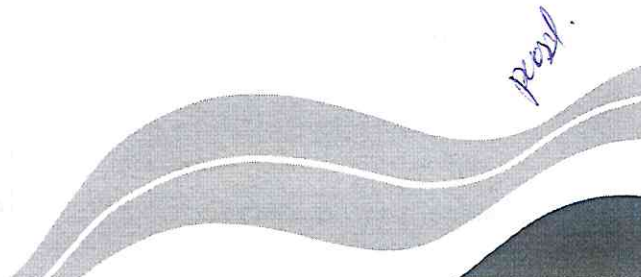
VI. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;

VII. Fornecer, por exclusiva conta e responsabilidade, todo e qualquer material e equipamento necessários à execução do objeto do contrato, nas quantidades e características técnicas adequadas à necessidade;

VIII. Cumprir as instruções complementares do fiscal do contrato quanto ao horário e local de execução do objeto do contrato, permanência e circulação de pessoas no prédio da **CONTRATANTE**, devendo instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da **CONTRATANTE**;

IX. Fornecer aos seus empregados, uniformes e calçados (sendo vedado o uso de tamancos, chinelos e sandálias específicos a cada atividade), devidamente gravados com a logomarca da **CONTRATADA** bem como crachás com nome, categoria e retrato, fornecidos pela **CONTRATADA**, fornecendo à **CONTRATANTE** antes do início da prestação dos serviços, um plano de trabalho, contendo todas as informações e dados necessários à fiscalização, inclusive, o cronograma com as datas de entrega dos

PE 899/2021







uniformes e crachás, o que deverá ocorrer antes do início efetivo da prestação dos serviços;

X. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para atender os seus empregados acidentados ou com mal súbito;

XI. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, por meio de seu encarregado, obrigando-se a manter, permanentemente, o contingente laborativo, na quantidade necessária, independentemente de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, promovendo, para tanto, as substituições dos mesmos, atendido o perfil exigido, em até 2 (duas) horas após a comunicação da **CONTRATANTE** e/ou por outras formas de conhecimento, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobrar serviço), sob pena de ser descontada a falta no faturamento do mês da ocorrência;

XII. Encaminhar à **CONTRATANTE** a relação dos empregados que usufruirão de férias no mês, com antecedência de 15 (quinze) dias, apresentando no final do mês juntamente com a nota fiscal, o comprovante de pagamento das referidas férias;

XIII. Encaminhar mensalmente à **CONTRATANTE** a relação dos seus empregados que prestam serviço na **CONTRATANTE**, que tenham sido desligados da empresa;

XIV. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela **CONTRATANTE**, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retome às instalações da **CONTRATANTE**;

XV. Comunicar, verbal e imediatamente à **CONTRATANTE**, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, inclusive a falta de algum empregado e, no menor espaço de tempo possível, reduzi-las por escrito, acrescentando todos os dados e circunstâncias necessárias ao esclarecimento dos fatos;

XVI. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou a terceiros, em função de ação ou omissão de seus empregados, não cabendo à **CONTRATANTE** qualquer ônus ou ação judicial;

XVII. Cumprir, rigorosamente, toda a legislação relativa a segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como quaisquer medidas adicionais que venham a ser solicitadas pela **CONTRATANTE**, as quais não a isentarão de suas responsabilidades quanto as obrigações legais;

PE 899/2021







XVIII. Apresentar para a **CONTRATANTE**, por ocasião da contratação, declaração informando possuir Programa de Integridade implantado, se a **CONTRATADA** estiver enquadrada nos limites de valores estabelecidos na Lei estadual nº 4.730, de 2018;

XIX. Implantar o Programa de Integridade, caso a **CONTRATADA** não possua, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos ou na metade do prazo do contrato, contados a partir da data de celebração deste, sob pena de multa e rescisão contratual, conforme a legislação e as cláusulas contratuais;

XX. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

XXI. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;

XXII. Apresentar, durante a execução do contrato, documento(s) que comprove(m) a prática de responsabilidade socioambiental relacionada à atividade objeto do contrato, bem como deverá empregar na prestação dos serviços, preferencialmente produtos reconhecidamente sustentáveis, se possível, com selo de comprovação;

XXIII. Tomar ciência da Política de Segurança da Informação e Cibernética para Fornecedores da **CONTRATANTE**, quando houver pertinência com o objeto do contrato;

XXIV. Assinar e cumprir o Termo de Compromisso relacionado à Política de Segurança da Informação e Cibernética para Fornecedores da **CONTRATANTE**, quando houver pertinência com o objeto do contrato; e,

XXV. Treinar seus empregados e prepostos sobre a Política de Segurança da Informação e Cibernética para Fornecedores da **CONTRATANTE**, quando houver pertinência com o objeto do contrato.

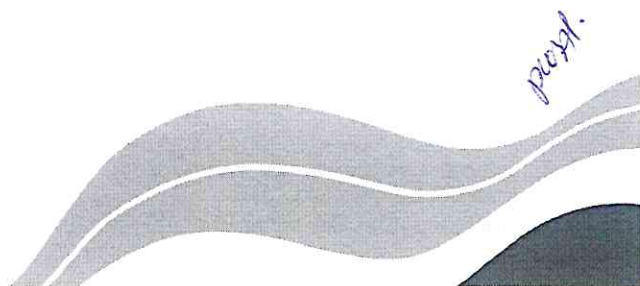
#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

I. Permitir a **CONTRATADA** executar o objeto do contrato;

II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** para a boa e fiel execução do objeto do contrato;

III. Utilizar os serviços unicamente para os fins estabelecidos neste contrato;

PE 899/2021





- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- V. Solicitar a correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução;
- VI. Designar fiscal para o contrato para acompanhar a execução do objeto do contrato;
- VII. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA** exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;
- VIII. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;
- IX. Realizar as retenções legais e recolhe-las para os órgãos competentes;
- X. Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de uniforme ou equipamento de proteção individual que considere não atenderem as necessidades exigidas para a contratação ou coloque em risco a saúde dos empregados;
- XI. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na legislação aplicável e no contrato, na hipótese da **CONTRATADA** não cumprir o objeto do contrato;
- XIII. Adotar as medidas necessárias quanto à atualização e adaptação dos serviços ora contratados à legislação superveniente ou quando se fizer necessário;
- XIV. Dar ciência à **CONTRATADA** da Política de Segurança da Informação e Cibernética para Fornecedores da **CONTRATANTE**, quando houver pertinência com o objeto do contrato; e,
- XV. Treinar os empregados e prepostos da **CONTRATADA** sobre a Política de Segurança da Informação e Cibernética para Fornecedores da **CONTRATANTE**, quando houver pertinência com o objeto do contrato.

PE 899/2021







**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES:** Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista no contrato; e,

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATADA**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As sanções previstas nos incisos I e III, do *caput*, da Cláusula Décima Primeira, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As sanções previstas no inciso III, do *caput*, da Cláusula Décima Primeira, poderão também ser aplicadas à **CONTRATADA** que, em razão deste ou de outros contratos regidos pela Lei nº 13.303, de 2016:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

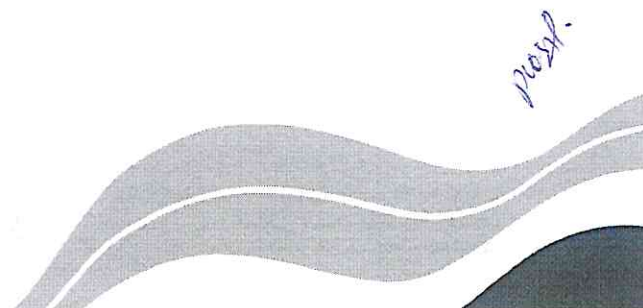
#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MULTA:**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** No caso de inexecução total do objeto do contrato, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, cabe a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor integral atualizado do contrato, independentemente das demais sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de inexecução parcial do objeto do contrato, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, será cobrada multa de 20% (vinte por cento) do valor atualizado da parte não executada do contrato, independentemente das demais sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos casos de inadimplência e de atraso na execução do objeto do contrato, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, aplicar-se-á multa moratória diária, conforme os incisos da tabela abaixo:

PE 899/2021





INCISO	INADIMPLÊNCIA/ATRASO	MULTA
I	Não atender determinação estipulada pela <b>CONTRATANTE</b> , no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à <b>CONTRATADA</b> por meio de documento escrito.	1% (um por cento) do valor atualizado do contrato por dia de atraso, limitada até 30 (trinta) dias.
II	Não apresentar itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	1% (um por cento) do valor atualizado do contrato por dia de atraso, limitada até 30 (trinta) dias.
III	Dificultar ou impedir o acesso da <b>CONTRATADA</b> a documentos ou aos trabalhos em execução relacionados ao objeto contratual.	1% (um por cento) do valor atualizado do contrato por dia de atraso, limitada até 30 (trinta) dias.
IV	Atrasar a execução do objeto e descumprir os prazos estabelecidos no contrato, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela <b>CONTRATANTE</b> .	2% (dois por cento) do valor atualizado do contrato por dia de atraso, limitada até 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A aplicação de multa não obsta a possibilidade de rescisão do contrato e aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016.

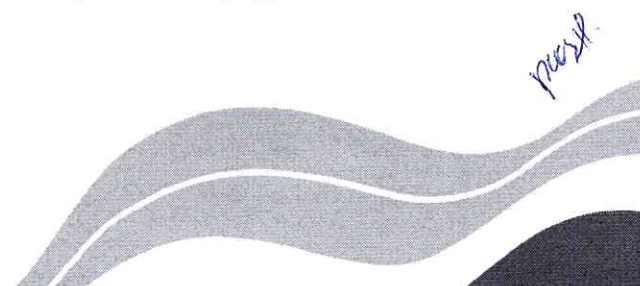
**PARÁGRAFO QUINTO:** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caso o valor dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** seja insuficiente para cobrir a multa, a **CONTRATADA** será convocada para complementação do valor da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Não havendo qualquer importância a ser recebida pela **CONTRATADA**, esta será convocada para pagar o valor total da multa mediante depósito identificado, em favor da **CONTRATANTE**, na conta corrente nº 5050-4, agência nº 3734-6, do banco Bradesco S/A, e comprovar o pagamento mediante

PE 899/2021





apresentação do respectivo comprovante de depósito bancário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO NONO:** Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, expressamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, em relação aos eventos descritos nos incisos do Parágrafo Terceiro, da Cláusula Décima Segunda, a **CONTRATADA** ficará isenta das multas respectivas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela **CONTRATANTE**, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

I. A **CONTRATADA** tem prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso dirigido à Diretoria de Administração da **CONTRATANTE**.

II. O recurso será apreciado pela Diretoria de Administração da **CONTRATANTE**, em 10 (dez) dias úteis, que poderá relevar ou não a multa.

III. Em caso de relevação da multa, a **CONTRATANTE** se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

IV. Caso a Diretoria de Administração da **CONTRATANTE** mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO:** O contrato poderá ser rescindido de forma consensual, unilateral ou judicial, nos seguintes termos:

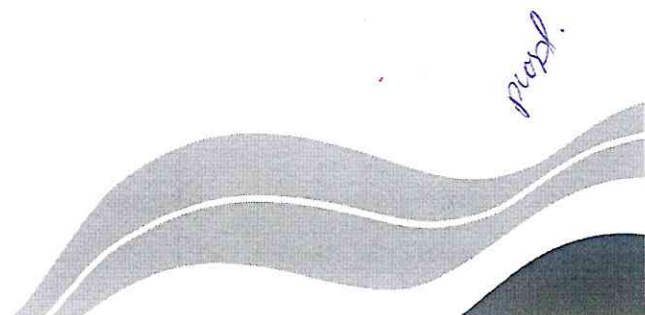
**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A rescisão consensual do contrato ocorrerá por acordo entre as partes, conforme condições definidas no termo de distrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A rescisão unilateral do contrato poderá ser requerida expressamente, por iniciativa de qualquer uma das partes, quando ocorrer, dentre outros, os seguintes motivos:

I. o não cumprimento ou o cumprimento irregular injustificados de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. a paralisação, a lentidão ou os atrasos reiterados e injustificados da execução do objeto do contrato;

PE 899/2021





III. a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, a associação da **CONTRATADO** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;

IV. o desatendimento reiterado e injustificado das determinações da **CONTRATANTE** decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;

V. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil de qualquer uma das partes;

VI. a dissolução da sociedade ou o falecimento de qualquer uma das partes contratadas; e,

VII. a alteração social ou a modificação do objeto, finalidade ou da estrutura da sociedade de qualquer uma das partes, que prejudique a execução do contrato; e,

VIII. a ocorrência comprovada de caso fortuito ou de força maior impeditivo da execução do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A rescisão judicial ocorrerá por meio de decisão judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO:** O contrato poderá ser alterado por meio de aditamento, nos casos apontados pelo artigo 81, da Lei nº 13.303, de 2016.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no seu objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 81, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A supressão do objeto poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato mediante acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do artigo 81, § 2º, da Lei nº 13.303, de 2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do contrato, no valor mencionado na Cláusula Oitava, inserem-se nos recursos próprios orçamentários da **CONTRATANTE**, não sujeitos a empenho, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial de dd.mm.aaaa, que comprova o ativo disponível.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:** A **CONTRATANTE** promoverá a publicação do contrato em forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

PE 899/2021







**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:** Fica eleito o foro da comarca de Manaus, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas que este subscrevem, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, Amazonas, dd de mmmm de 20aa.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM  
(CONTRATANTE)**

**MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO**  
Diretor-Presidente

**CRISTINA COELHO DA SILVA**  
Diretora de Administração

**[inserir a razão social do contratado em caixa alta e negrito]  
(CONTRATADA)**

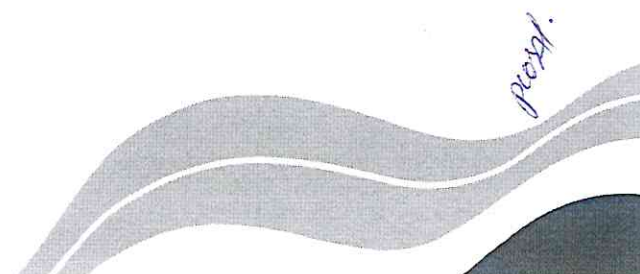
**[inserir nome completo do responsável legal em caixa alta e negrito]  
[inserir função, cargo, etc]**

**TESTEMUNHAS:**

[inserir nome completo]  
CPF nº xxx.xxx.xxx-xx  
RG nº xxxxxxxx-x SSP/[inserir UF]

[inserir nome completo]  
CPF nº xxx.xxx.xxx-xx  
RG nº xxxxxxxx-x SSP/[inserir UF]

PE 899/2021





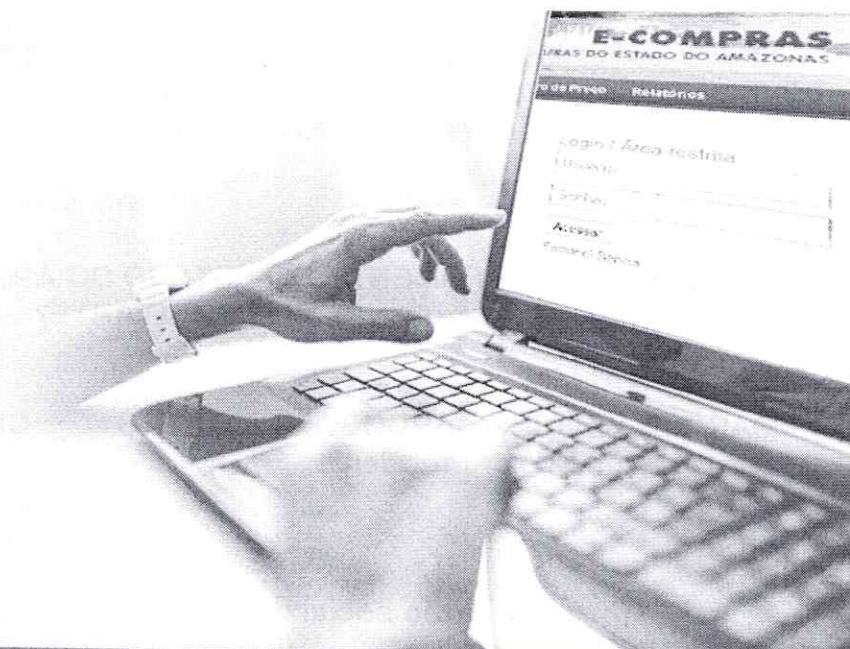
**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

**ANEXO IV**  
**MANUAL DO SISTEMA E-COMPRAS PARA**  
**ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**MANUAL DO**  
**DO SISTEMA**  
**E-COMPRAS**  
**PARA ENVIO DE**  
**DOCUMENTAÇÃO**  
**NO PREGÃO ELETRÔNICO**



**CGL**

Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

**Centro de**  
**Serviços**  
Compartilhados

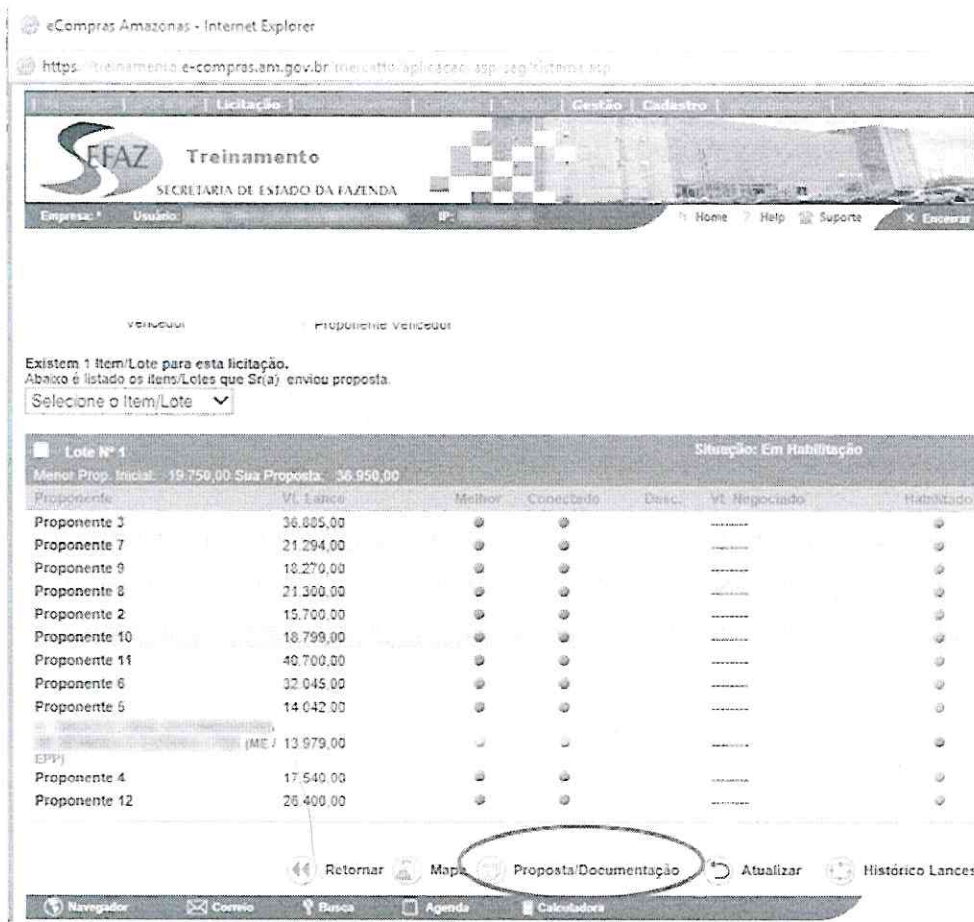
*resp.*



### Enviar documentos e propostas pelo sistema E-Compras.

Quando o pregoeiro(a) informar que está aberto o prazo para envio dos documentos, aparecerá no menu Licitação tela de Lances/Fase Final o botão Proposta/Documentação.

Este botão ficará disponível até que se encerre o prazo de envio. Portanto o proponente poderá enviar, excluir e acessar a tela durante esse período quantas vezes quiser.



eCompras Amazonas - Internet Explorer

https://treinamento-e-compras.am.gov.br/treinamento/aplicacoes.asp?pg= sistema.asp

**SEFAZ** Treinamento  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Empresa: Usuário: IP: Home Help Suporte Encerrar

Existem 1 item/Lote para esta licitação.  
Abaixo é listado os itens/Lotes que Sr(a) enviou proposta.

Selecione o item/Lote

Lote Nº 1		Situação: Em Habilitação				
Proponente	VL Lance	Melhor	Conectado	Desc.	VL Negociado	Habilitado
Proponente 3	36.885,00	●	●			●
Proponente 7	21.294,00	●	●			●
Proponente 9	18.270,00	●	●			●
Proponente 8	21.300,00	●	●			●
Proponente 2	15.700,00	●	●			●
Proponente 10	18.799,00	●	●			●
Proponente 11	40.700,00	●	●			●
Proponente 6	32.045,00	●	●			●
Proponente 5	14.042,00	●	●			●
Proponente 1 (ME)	13.979,00	●	●			●
Proponente 4	17.540,00	●	●			●
Proponente 12	26.400,00	●	●			●

Retornar Mapa Proposta/Documentação Atualizar Histórico Lances

Navegador Correio Busca Agenda Calculadora

Imagem 1

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

Centro de  
**Serviços**  
Compartilhados

*Prop.*



## SAIBA MAIS

**Botão Proposta/Documentação** - Este botão ficará disponível até que se encerre o prazo de envio. Portanto o proponente poderá enviar, excluir e acessar a tela durante esse período quantas vezes quiser.

Após clicar no botão terá acesso a tela abaixo. Para enviar os documentos é só clicar na imagem do CLIPE e anexar os arquivos do tipo PDF. Poderão ser enviados até 6 arquivos PDF de no máximo 15 MB cada.

eCompras Amazonas - Internet Explorer

https://treinamento.e-compras.am.gov.br/mercato/aplicacao/asp/seg/sistema.asp

SEFAZ Treinamento  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Empresa: Usuário: IP: Home Help Suporte Encerrar

Proposta de Preços - PE1634/18 - Aquisição de Água Mineral. (Envio de Propostas Final) Código do Participante: 21892

DADOS GERAIS DA LICITAÇÃO Data e Horário Padrão [18/01/2019] [14:39:52]

Nome da Empresa:  
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. Brasil, S/N  
Compensa II - Manaus - Amazonas  
CEP: 69036-110

DOCUMENTAÇÃO

Documentos:

Histórico

Data/Hora	Fornecedor	Usuário	Descrição
18/01/2019 14:37	GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS	Usuário	Aberto prazo para envio

Retornar Atualizar

Navegador Correio Busca Agenda Calculadora

Imagem 2

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

Centro de  
**Serviços**  
Compartilhados

*Prop.*



## SAIBA MAIS

Poderão ser enviados até **6 arquivos** PDF de no máximo **15 MB** cada.

Em vermelho ficará aparecendo a Data/Hora de encerramento do envio.

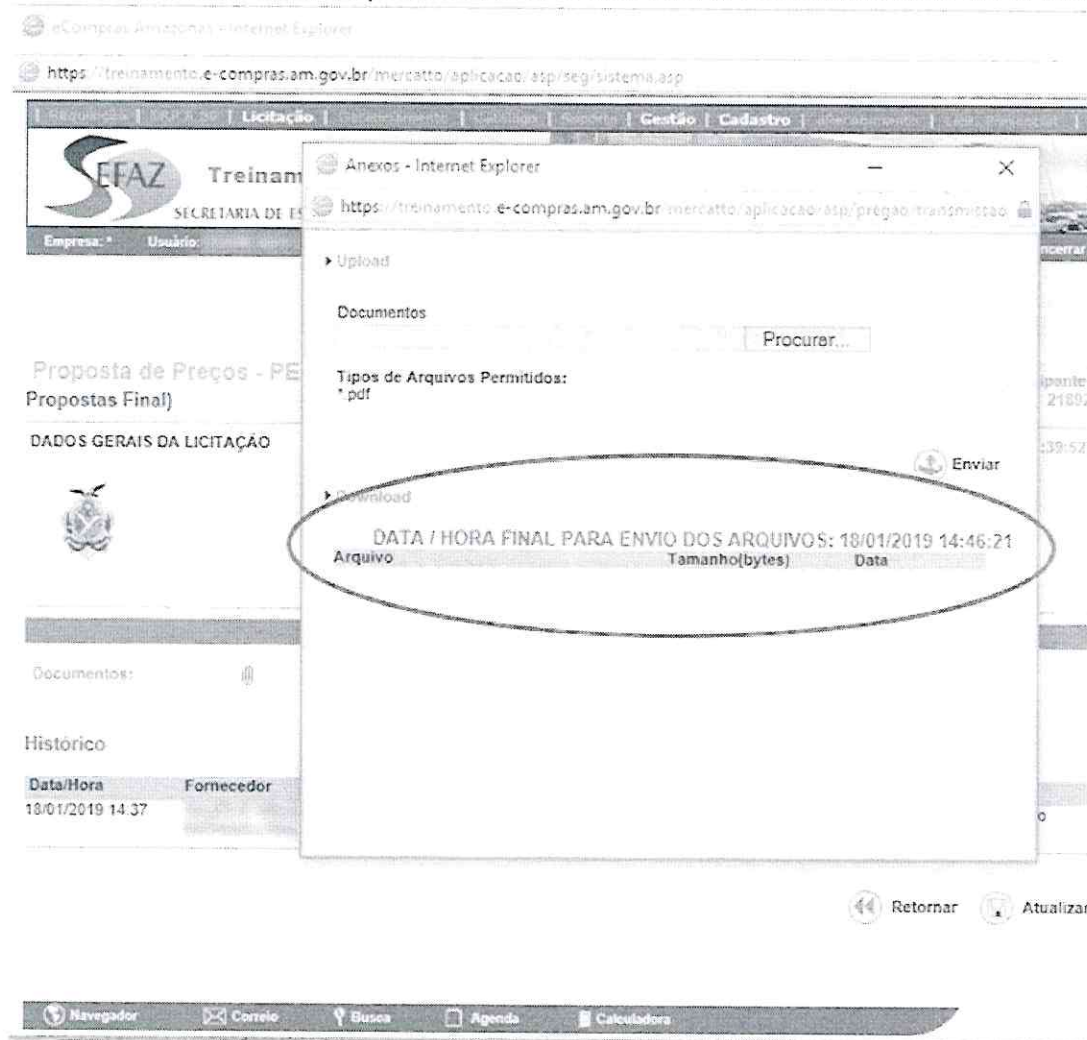


Imagem 3

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

Centro de  
**Serviços**  
Compartilhados

*Prox.*

**SAIBA MAIS**

Fique atento à data e hora de **encerramento do envio!**

Para **enviar um arquivo**, clique no botão **Procurar** > selecione o arquivo desejado > clique no botão **Enviar**

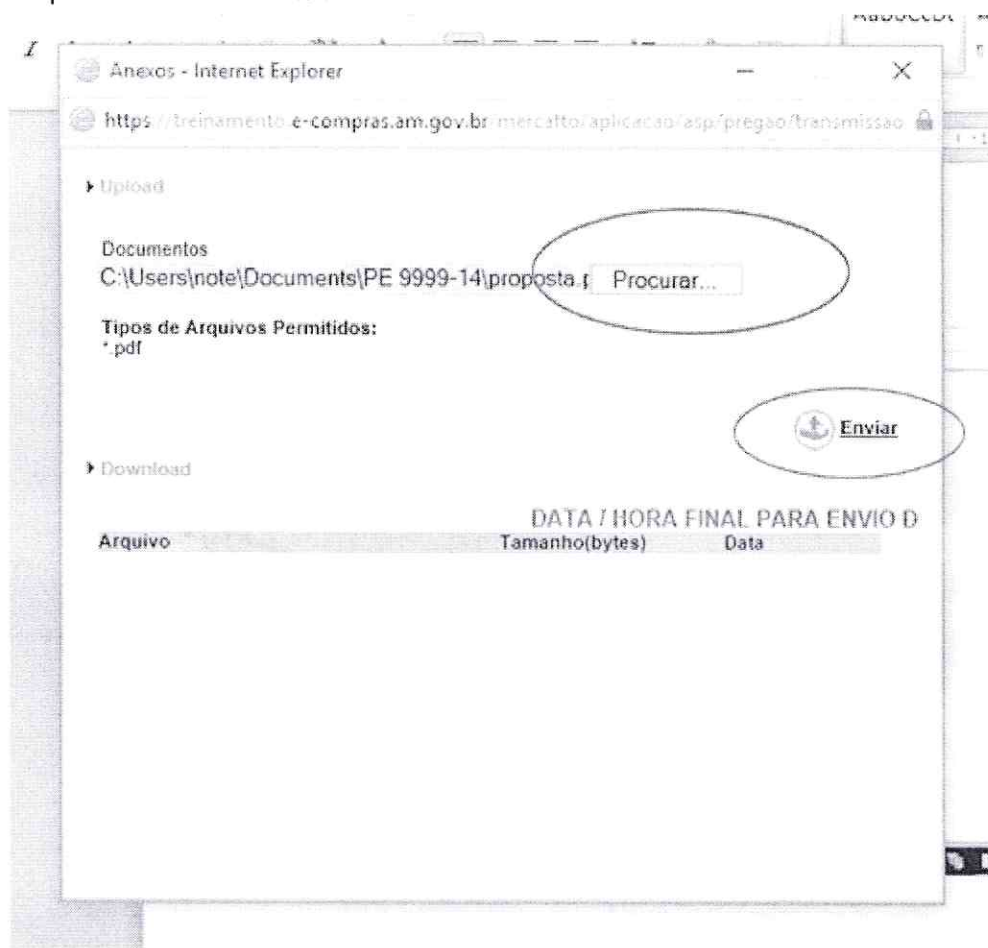


Imagem 4

PE 899/2021

*Procy*



Após anexar cada arquivo o sistema exibe o arquivo na lista e informa "Arquivo anexado com Sucesso". Para excluir o arquivo basta clicar na LIXEIRA.

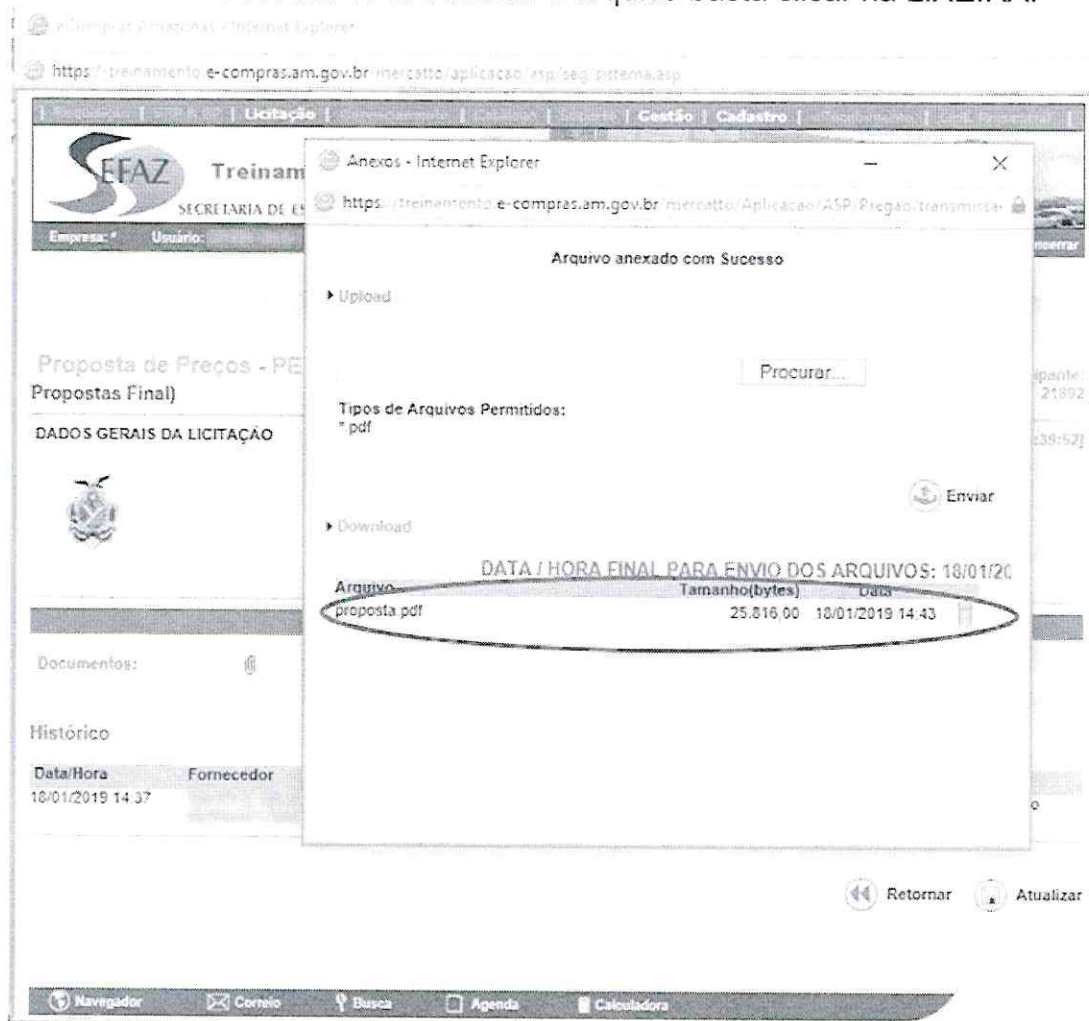


Imagem 5

PE 899/2021

*prod.*

## SAIBA MAIS

Para **excluir** o arquivo basta clicar na **LIXEIRA**.

Sistema informa que o arquivo é superior a 15 MB e não permite o envio.

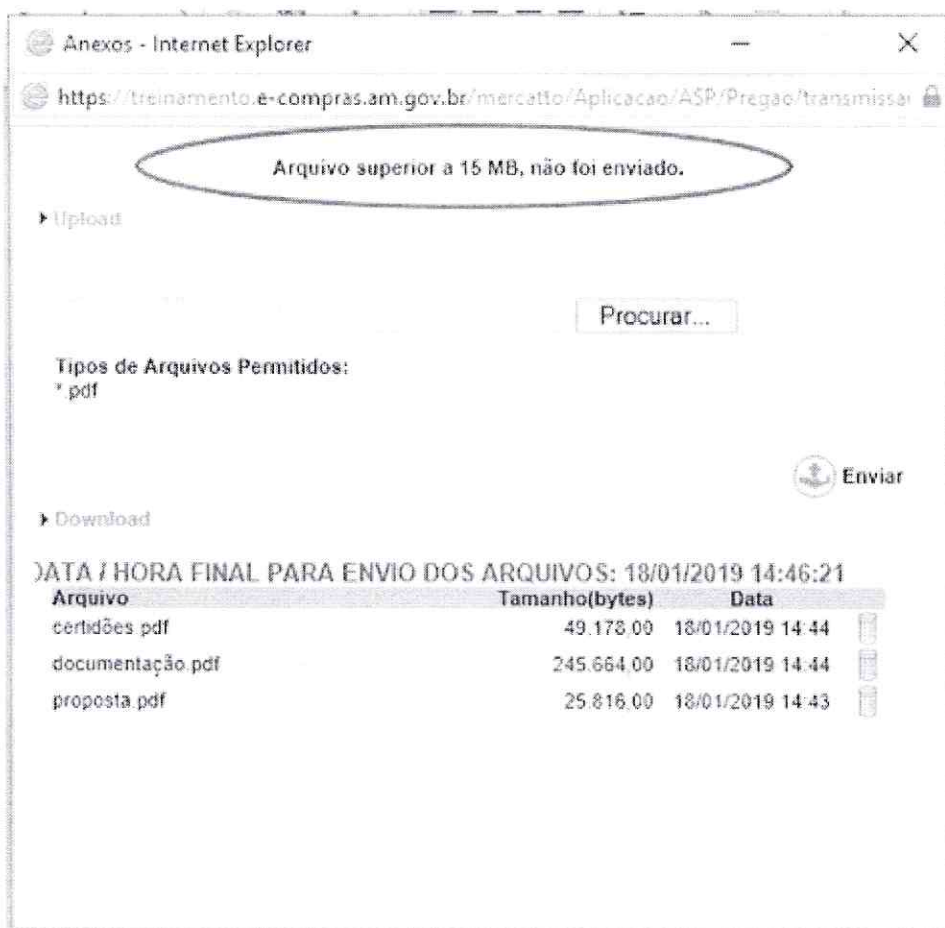


Imagem 6

PE 899/2021

*prop.*



## SAIBA MAIS

**Fique atento** pois o sistema informa que o arquivo é superior a 15 MB e não permite o envio.

A LUPA ao lado da imagem do CLIPE significa que existem arquivos anexados. Clicando nela será mostrado os arquivos enviados.

eCompras Amazonas - Internet Explorer

https://treinamento.e-compras.am.gov.br/mercado/aplicacao/asp/seg/sistema.asp

**SEFAZ** Treinamento  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Empresa: Usuário: IP: Home Help Suporte Encerrar

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Av. Brasil, S/N  
Compensa II - Manaus - Amazonas  
CEP: 69036-110

**DOCUMENTAÇÃO**

Documentos: 

Histórico

Data/Hora	Fornecedor	Usuário	Descrição
18/01/2019 14:45			Tentou enviar arquivo superior a 15 MB. Arquivo: arquivo grande pdf, tamanho: 66.651.001,00
18/01/2019 14:44			Enviou arquivo: pedidos pdf, tamanho: 49.176,00
18/01/2019 14:44			Enviou arquivo documentação pdf, tamanho: 245.664,00
18/01/2019 14:43			Enviou arquivo: proposta pdf, tamanho: 25.616,00
18/01/2019 14:37			Aberto prazo para envio

Retornar Atualizar

Navegador Correio Busca Agenda Calculadora

Imagem 7

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

**Centro de  
Serviços**  
Compartilhados

*Prop.*

## SAIBA MAIS

Clicando na lupa, será mostrado os **arquivos enviados**.

Caso o proponente tente enviar após o prazo, o Sistema informa que já foi encerrado e não permite enviar.

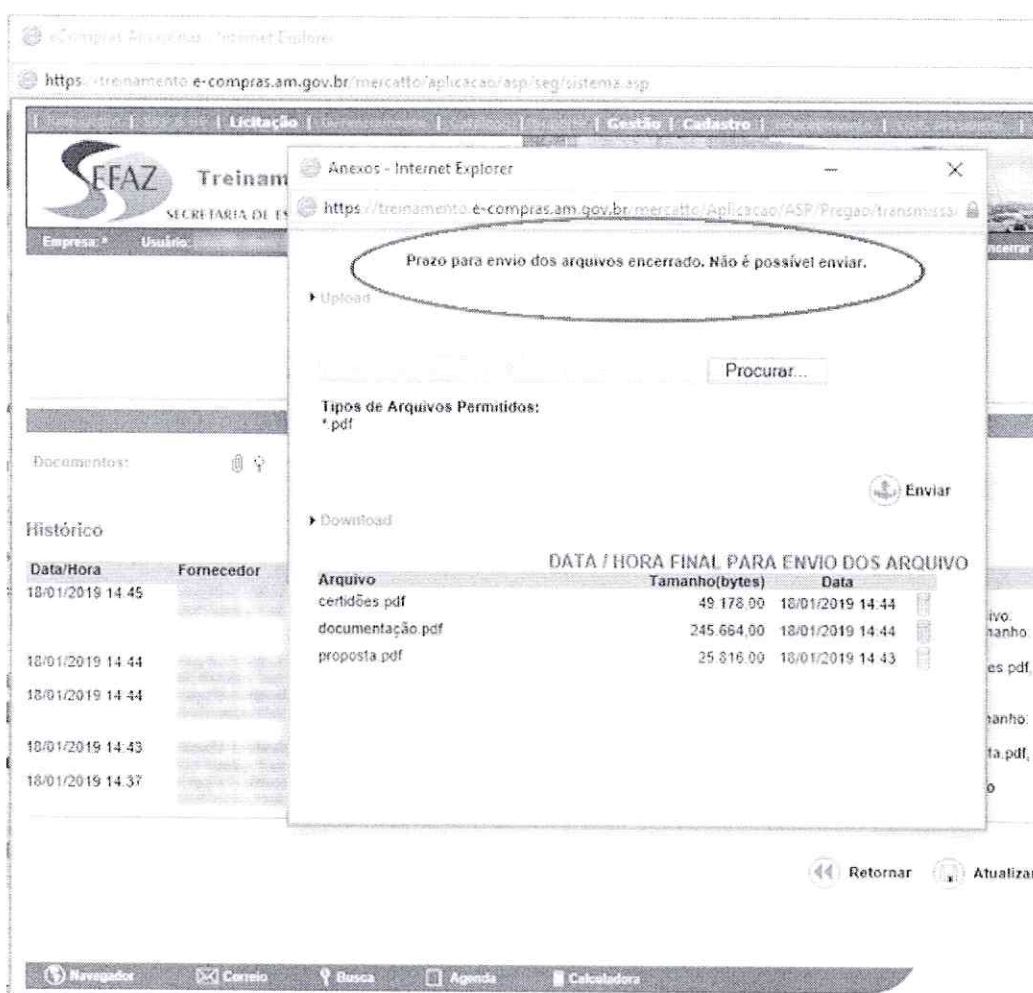


Imagem 8

PE 899/2021

*PE 899*



## SAIBA MAIS

**Fique atento**, pois caso tente enviar um arquivo após o prazo, o Sistema informa que já foi encerrado e **não permite enviar**.

É mantido um histórico para controle com todas as ocorrências realizadas.

eCompras Amazonas - Internet Explorer

https://treinamento.e-compras.am.gov.br/mercator/aplicacao.asp?seg/sistema.asp

**SEFAZ** Treinamento  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Empresa: \* Usuário: IP: Monitor Help Suporte X Encerrar

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. Brasil - SIN  
Compensa II - Manaus - Amazonas  
CEP: 69036-110

**DOCUMENTAÇÃO**

Documentos:

**Histórico**

Data/Hora	Fornecedor	Usuário	Descrição
10/01/2019 14:46			Tentou enviar arquivo fora do prazo. Arquivo: anexo2_174621.pdf, tamanho: 1.473.797,00
10/01/2019 14:45			Tentou enviar arquivo superior a 15 MB. Arquivo: arquivo grande.pdf, tamanho: 66.651.651,00
10/01/2019 14:44			Enviou arquivo: certidões.pdf, tamanho: 49.176,00
10/01/2019 14:44			Enviou arquivo: documentação.pdf, tamanho: 243.664,00
10/01/2019 14:43			Enviou arquivo: proposta.pdf, tamanho: 25.816,00
10/01/2019 14:37			Aberto prazo para envio

Navegador Correio Busca Agenda Calculadora

Imagem 9

PE 899/2021

*Prox.*



## SAIBA MAIS

É mantido um histórico para controle com todas as ocorrências realizadas.

>>>>>>>> FIM <<<<<<<<<<<

PE 899/2021

Rua Belo Horizonte, 1420 - Adrianópolis  
Fone: (92) 3214-5622 / 5640  
Manaus - AM - CEP: 69057-060

Centro de  
**Serviços**  
Compartilhados

*noy.*





## ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

### DECLARAÇÃO

Em conformidade com o disposto no artigo 8º, incisos I, II e III do Decreto nº 40.634 de 7 maio de 2019, que dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros, nos contratos de prestação de serviços, de natureza continuada, com mão de obra residente, no âmbito do Poder Executivo estadual e outras providências:

Eu, ..., RG ..., legalmente nomeado representante da empresa ..., CNPJ ..., e participante do procedimento licitatório nº ..., na modalidade de ..., processo nº. ..., declaro, sob as penas da lei:

I- Prestação de garantia dos serviços prestados, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e será renovada a cada prorrogação do prazo de vigência do contrato.

II- A garantia a que se refere o inciso anterior somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após a vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, observados o artigo 70, artigo 82, §§ 2º e 3º, e artigo 83, § 1º, da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

III- O pagamento dos salários dos empregados pela prestadora de serviços **CONTRATADA** deverá ocorrer via depósito bancário na conta do colaborador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do **CONTRATANTE**.

PE 899/2021



